

HABITAT

1



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente

HABITAT

do urbanismo à arquitetura comunitária

CADERNO 1

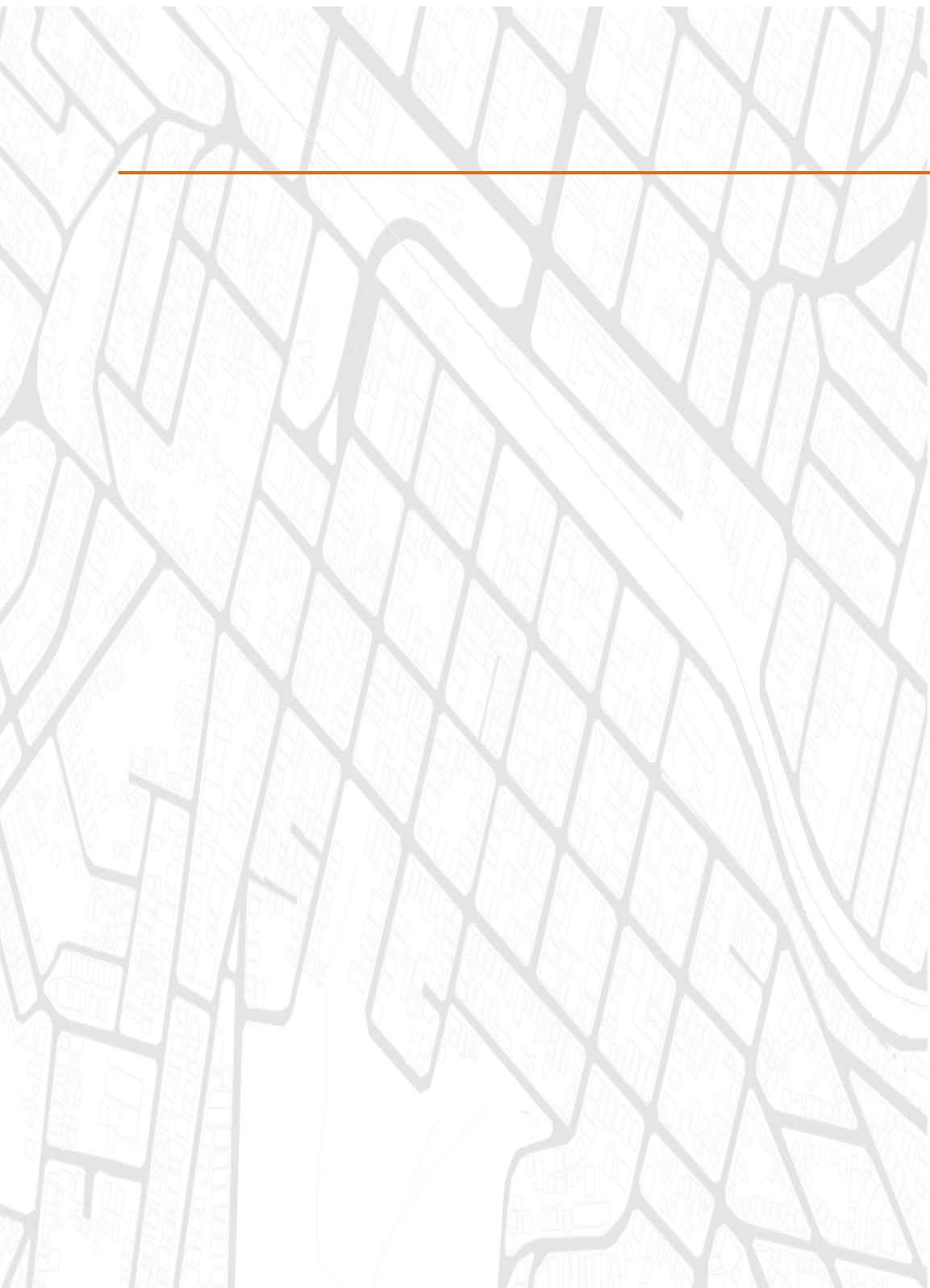
MUNIQUE CUNHA MASCARO

Orientadora: Prof. Dra. Arlete Maria Francisco

Coorientador: Prof. Dr. Nécio Turra Neto

Trabalho Final de Graduação III (TFG III), apresentado ao curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente.

Presidente Prudente, 2011



SUMÁRIO

Agradecimento	4
Apresentação	5
Introdução	6
Caderno 1: a poética do habitat	
Habituação e habitabilidade, habitat	09
Do moderno ao pós-moderno: CIAM e o Team X	13
Participação popular na produção do espaço	29
Costurando ideologias: arquitetura dos conceitos	34
Texto Complementar	41
Anexo	55
Lista de figuras, quadros, pranchas e mapas	56
Bibliografia	58
Caderno 2: Vila Marcondes	
Introdução à proposta projetual	64
Casa	75
Rua	80
Bairro	86
Cidade	92

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais **Rosecler Cunha Mascaro** e **Edson Mascaro** pelo amor, apoio e esforços para a realização dos meus sonhos. Ao meu parceiro **Anderson Marques dos Santos**, que muito mais que namorado esteve do meu lado durante todos estes anos de graduação. E com muito carinho as minhas tias **Maria de Lourdes Cunha Kikunaga**, **Sônia de Oliveira Cunha** e **Eunice Cunha Bosshard**, e também, meu tio **Norival Mascaro**.

Este trabalho, tão gratificante, foi possível graças à professora **Arlete Maria Francisco**, que apoiou e foi fundamental para a realização de todo processo de pesquisa e projeto. Assim como, o professor **Nécio Turra**, que deu apoio e esteve sempre aberto ao debate. Professores estes que agradeço por toda dedicação e atenção oferecida.

Agradeço a professora **Carolina Lotufo Bueno Bartholomei** pelo apoio, carinho e complemento a minha vida acadêmica, que a mais de dois anos com a pesquisa de Iniciação Científica, “Acessibilidade e Sinalização Urbana no Município de Presidente Prudente – SP: Estudo de Caso no Parque do Povo” (Processo FAPESP 2009/14672-5) me proporcionou muitas oportunidades. Agradeço também ao professor **Claudemilson do Santos** pelas orientações e coorientações desde o segundo ano de graduação. Assim como, aos professores **Eliane Patrícia Grandini Serrano** e o **José Milton de Lima**, na realização de trabalhos de extensão e pesquisa. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – **FAPESP**, aos dois anos de bolsa concedida.

Por fim, agradeço aos meus amigos: **Cristiane Ramos**, **César Soares**, **Talita Souza Coelho da Silva**, **Fernanda Mafra**, **Rute e Rebeca Alessi Tedeschi**, **Patrícia Péres**, **Milena Paula** e **Thaís Mitie Bispo**.

Este trabalho final de graduação tem por objetivo um projeto que abra a possibilidade da participação popular na produção do espaço do morar e viver na cidade, o habitat. Seus pressupostos de base abordam a habitação como um espaço que transpõe as quatro paredes da unidade habitacional, em direção às diversas relações existentes no espaço coletivo e público da cidade.

O projeto parte da hipótese da existência da organização comunitária constituída no bairro Vila Marcondes, na porção leste da cidade, um bairro consolidado de Presidente Prudente-SP. Foram consideradas as habitações precárias e localizadas em áreas irregulares, tais como localizadas em áreas institucionais de recreação, lazer e de preservação permanente (APP).

A intenção é contribuir para repensar as formas de intervenção urbana em áreas consolidadas, submetidas a um processo de gentrificação, cuja tendência historicamente experienciada tem sido a remoção da população menos abastada. Mostrar que as intervenções urbanas podem ocorrer através da organização comunitária e este processo pode ser pensado e projetado em prol da população que vive no local há bastante tempo e que sempre reivindicou sua melhoria.

Este trabalho aborda a questão habitacional sob a ótica do habitat, ou seja, do espaço como uma extensão da unidade habitacional para as áreas coletivas e públicas. Seguindo uma linha de estudos sobre arquitetura e urbanismo moderno e pós-moderno, como base para a compreensão das correntes ideológicas, que discutem o tema habitação. Com isso, apresentar um projeto do espaço habitado, pensado a partir da participação comunitária no processo de qualificação de lugares precários e de regularização fundiária.

O habitat é definido como a área mais adequada para atender às necessidades inatas e futuras do ser humano ¹. Portanto, a habitação deve fornecer, além da privacidade, o acesso a parques, áreas de lazer, escolas, centros recreativos e locais de comércio ². Ao resolver o plano da cidade, separando as principais funções urbanas, por meio de um zoneamento, a arquitetura e o urbanismo moderno não favoreceram as relações mútuas entre as atividades urbanas e as áreas habitacionais.

Esta questão permanece, no debate do planejamento urbano, como algo ainda não resolvido, em que o problema da maior interação do conjunto das atividades urbanas esteve sempre presente. Tal debate deu margem à atuação do grupo Team 10 que, ao criticar o modernismo racionalista, sobretudo Le Corbusier, considerado seu maior ideólogo, direciona seus estudos à questão do homem de seu próprio tempo e costumes, em que a arquitetura e o

¹ GIEDION, 2004, p.724

² GIEDION, 2004, p.832

urbanismo são pensados pontualmente, relacionando o processo projetual com o espaço construído finalizado, como veremos mais adiante.

O trabalho está dividido em dois cadernos. O primeiro introduz as discussões sobre o tema da habitação, seus conceitos e ideologias presentes na arquitetura e no urbanismo modernos e pós-modernos, os quais possibilitam o embasamento e o desenvolvimento das resoluções projetuais dos grandes mestres da arquitetura, de forma a relacioná-los. E, finalizando a primeira parte, apresenta em uma espécie de “costura cronológica”, correlacionando os ideais pensados na elaboração de projetos habitacionais, com as formas do pensar arquitetura e o urbanismo em diferentes períodos. Através deste procedimento, delinea os ideais contemporâneos, referentes à produção habitacional no Brasil, o que inclui a utilização de instrumentos presentes no Estatuto da Cidade.

O segundo caderno visa apresentar o recorte territorial do trabalho, que receberá nossa proposta de intervenção. Aborda também as características da produção habitacional em Presidente Prudente-SP. Um dos objetivos deste caderno é o diagnóstico do bairro Vila Marcondes, por meio do perfil socioeconômico da população, das características geográficas e simbólicas do local. E através disso apresentar as decisões projetuais alcançadas.

Nossa intenção é propor uma intervenção que siga, como referência, os ideais do habitat contemporâneo, assumindo a existência da cidade informal e viabilizando as condições de habitabilidade da população que não se encontra em condições favoráveis de habitação.



POÉTICA DO HABITAT

Conceito e referências

Habitat ...

Como o processo de reprodução espacial articula-se no plano da reprodução da vida, é preciso considerar o ponto de vista do habitante, para quem o espaço se reproduz enquanto lugar onde se desenrola a vida em todas as suas dimensões – o habitar e tudo o que ele implica ou revela. O viver em um lugar se revela enquanto constituição de uma multiplicidade de relações sociais como prática espacial que está na base do processo de constituição da identidade com o lugar e com o outro e que foge à racionalidade homogeneizante hegemônica (imposta pela sociedade de consumo), que define um tempo em um modo de uso (CARLOS, 2001, p.182)

Como um dos direitos humanos universais, habitação é uma das necessidades mais representativas da cultura humana. Nos primórdios da história da humanidade, habitar tem sentido de lugar que abriga, refugia e protege de fatores como o clima, a natureza selvagem ou de outros seres humanos. A partir da origem das cidades, a habitação não constitui somente em abrigo, mas em uma referência da estruturação do homem e da mulher em sociedade, cujo significado remete a questões mais profundas, oriundas das características culturais e, principalmente, na atuação e posicionamento do indivíduo nessa sociedade.

1 e 2 Definições com base no artigo de Martucci e Basso. “Uma visão integrada da análise e avaliação de conjuntos habitacionais: aspectos metodológicos da pós-ocupação e do desempenho tecnológico” (2002).

3 Realizado no período de 29 de maio a 12 junho de 2004, o documento gerado é o relatório: “O direito à Moradia no Brasil: Violações, práticas positivas e recomendações ao governo brasileiro. (SAULE JÚNIOR e CARDOSO, 2005, p22).

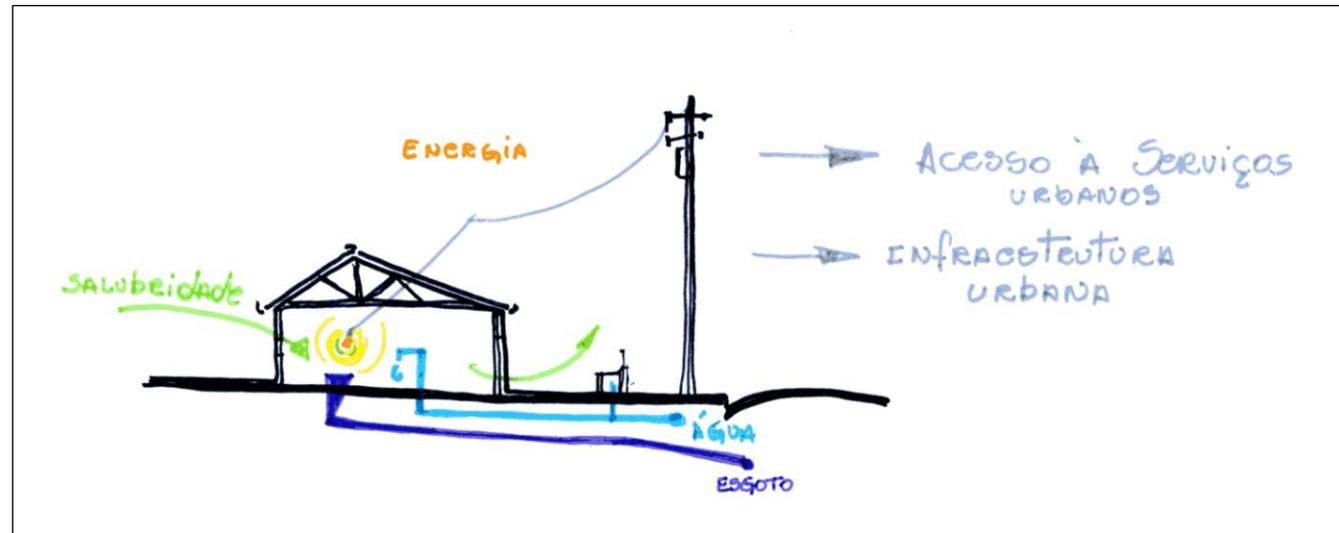


Habitação corresponde ao lugar onde se mora, vive e habita, ou seja, lugar de residência, a casa ou, subjetivamente, o lar. Trata-se, também, da unidade habitacional em relação direta as pessoas, dentro da dimensão de cunho simbólico da relação familiar, expressão de costumes individuais¹.

Contudo, a definição de habitar não é limitada à ideia da casa, da unidade habitacional e sim, no sentido do habitar a cidade, ou seja, o viver a cidade em sua completude, em todas as suas dimensões². Sendo assim, como um espaço de articulação plena da sociedade, tal como a relação social, espacial e temporal entre o público, o coletivo e o privado (figura 1).

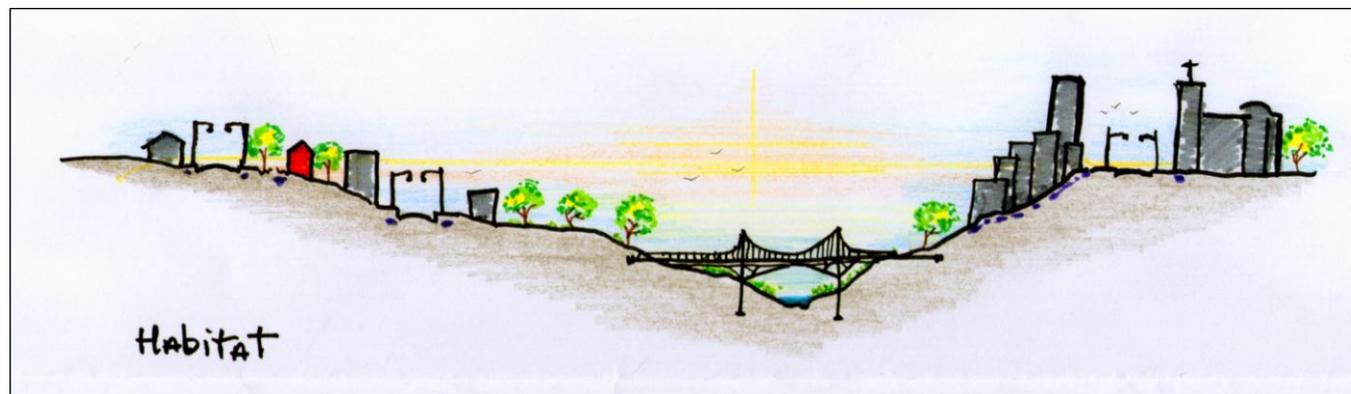
O relatório da Missão Conjunta da Relatoria Nacional e da ONU³, aborda o termo habitabilidade como uma situação de moradia que oferece condições físicas e de salubridade adequadas (figura 1). Entretanto, habitabilidade envolve uma série de questões com relações de ordem cultural, social, psicológicas, física e, principalmente, das esferas de interação social: público, coletivo e privado. Assim, esse conceito abarca desde noções de conforto do ambiente em que se habita, até as relacionadas, diretamente, com o espaço urbano (figura 2).

Figura 2: esquema demonstrando como se caracteriza habitabilidade a uma residência. Fonte: elaborado pela autora, 2011.

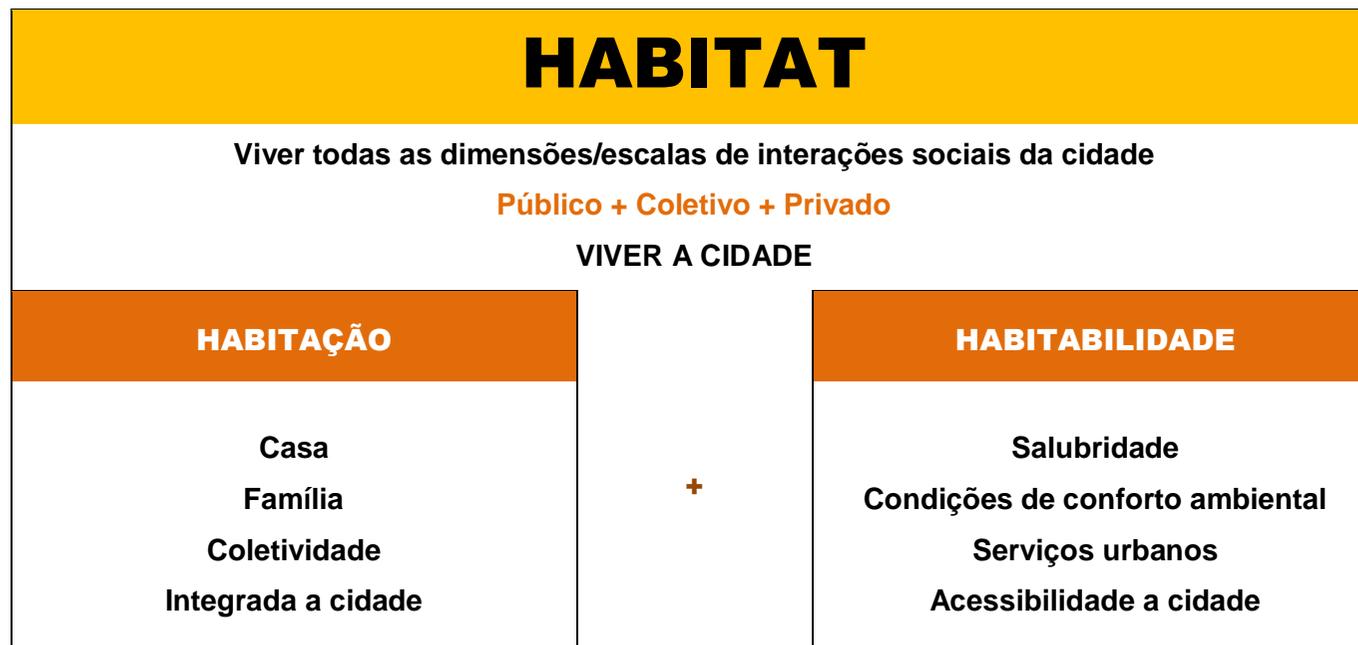


Habitação e habitabilidade têm relações estreitadas no conceito do habitat. O habitat pode ser definido como a área mais adequada para atender às necessidades inatas e futuras do ser humano (GIDEON, 2004, 724). Portanto, muito além das condições individuais da habitação ou de um conjunto habitacional e as relações de salubridade, o habitat engloba todo o contexto da cidade, como é possível verificar na figura 3 que a casa está inserida na unicidade do espaço urbano estando ela afastada ou não da centralidade. Pensando o espaço urbano em todas as suas dimensões e graus de interação, a relação da unidade habitacional com a cidade, se expressa através das interações entre três dimensões: o público, o coletivo e o privado (quadro 1).

Figura 3: o habitat mostra as escalas de interações social, espacial e temporal entre os espaços públicos, coletivos e privado. Fonte: elaborado pela autora, 2011.



Quadro 2: quadro esquemático das escalas de interação do habitat. Fonte: elaborado pela autora, 2011.



**O homem pode se identificar de imediato com seu próprio lar, mas não se identifica facilmente com a cidade em que está situado. “Pertencer” é uma necessidade emocional básica – suas associações são da ordem mais simples. Do pertencer – identidade – provém o sentido enriquecedor da urbanidade. A ruazinha estreita da favela funciona muito bem exatamente onde fracassa com frequência o redesenvolvimento do espaço.
(ALISSON SMITHSON, 1953, CIAM IX)*.**

*Frampton (2003, p.330)

Na arquitetura e urbanismo, o movimento moderno aborda o urbanismo como um problema plenamente humano, quando o homem passa a sofrer as mudanças dos hábitos oriundos do grande impacto da revolução industrial e a cidade passa a ser vista como uma grande máquina de viver. Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) foram centros de discussões do papel da arquitetura no mundo moderno e do pensamento sobre o homem moderno, porém desconsiderou o homem em sua realidade. As principais temáticas abordadas foram a habitação social e a cidade funcional.

A destruição das cidades européias durante a primeira e, sobretudo, segunda guerra mundiais, levou à necessidade de sua reconstrução, ou seja, uma “recuperação” dos problemas

sociais causados pelo conflito. Isso remete diretamente à cidade e à habitação, sendo necessária uma produção rápida, para suprir a demanda de uma grande massa populacional sem moradia. A atuação da arquitetura moderna na reconstrução das cidades e dos grandes empreendimentos habitacionais tornou possível a realização de projetos com conceito fundamentalmente utópico e funcionalista, com a cidade designada em funções básicas e um achatamento da diferença entre o público e o privado.

O objetivo principal da origem dos CIAM era de proteger os direitos da profissão, visando a garantia do direito da existência à arquitetura contemporânea contra as forças contrárias dos círculos arquitetônicos oficiais, uma de suas metas era lidar com problemas que o arquiteto, isoladamente, não era capaz de solucionar¹. A intenção ao nomear o encontro como *congresso* era de utilizar o significado que originou o termo *trabalhar juntos*.

Através da criação do CIAM, buscou-se a garantia da liberdade na concepção arquitetônica contemporânea, ou seja, um grupo formado como base de apoio aos arquitetos que propusessem obras de caráter contemporâneo (moderno, no caso) e fosse atacado pela academia tradicional. Esta necessidade refere-se ao episódio ocorrido no concurso para o edifício da Liga das Nações em Genebra, quando Le Corbusier é o primeiro prêmio e, por motivos políticos e de intervenções/influências o projeto é impedido de ser executado.

O primeiro CIAM (La Sarraz, Suíça, 1928), documenta as bases da arquitetura moderna, tendo como foco o designo dos caminhos que deveriam ser seguidos pelos CIAM (quadro 2). Neste contexto, Curtis (2008, p.254) descreve como sendo um movimento voltado à discussão dos arquitetos líderes do movimento moderno sobre o inter-relacionamento entre arquitetura e planejamento urbano.

¹ Frampton (2003, p.330).

CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna)

Ano	Local	Tema	Documento	Característica
1928	La Sarraz Suíça	“Interrelacionamento entre arquitetura e planejamento urbanos”	Declaração de La Sarraz	Radical em alguns princípios. Assume as idéias de padronização e racionalização, visando uma eficiência econômica. O urbanismo é pensado para além do embelezamento da cidade, mas em direção a uma ordem funcional.
1929	Frankfurt Alemanha	“Habitação para moradores de baixa renda”		Outro título para o tema foi: “habitação mínima”. Aconteceram estudos da problemática da cidade, ao qual foram apresentados projetos de diferentes proporções todos na mesma escala. Marca um dos grupos de trabalho chamado CIRPAC (Comité International pour La Resolution du Problème de l'Architecture Contemporaine)
1930	Bruxelas Bélgica	“Métodos racionais de planejamento regional”		O tema deste CIAM foi questionado, pois não condiz à discussão elaborada. As discussões abordaram a relação edifício/lote, estudos da edificação, materiais e sua interferência no território urbano. Renomeada para “Desenvolvimento racional para do lote”
1933	Atenas Grécia	A cidade funcional	Carta de Atenas	Formulação de cento e onze propostas de declarações sobre a situação das cidades e em parte a correção necessária para melhora destas. Todas agrupadas em cinco categorias básicas: Moradia, Lazer, Trabalho, Transporte e Edifícios Históricos. Em geral princípios para o planejamento contemporâneo.
1937	Paris França	Habitação e lazer		Reconhece os impactos das estruturas históricas, como também a influência da região em que uma cidade esta situada.
1947	Bridgwater Inglaterra	Reafirmação dos objetivos do ciam		Uma tentativa de transcender a sequidade da “cidade funcional”. A proposta é de trabalhar a criação de um ambiente físico capaz de proporcionar satisfação tanto espiritual quanto material.
1949	Bérgamo Itália	Tema em aberto - sobre a cultura arquitetônica		Congresso com caráter de discussão aberta, direcionando a metodologia de apresentação de “Grelhas do CIAM”(desenvolvidas por ASCORAL – Assemblée de Constructeurs pour une Rénovation Architecturale – e Le Corbusier). Análise de diferentes problemas urbanísticos sob a forma de grelha. Enfatizou-se os problemas relativos ao desenvolvimento de novas cidades e centros comunitários.
1951	Hoddesdon Inglaterra	O coração da cidade		Organizado pelo grupo inglês MARS, percebe-se que somente a Carta de Atenas não supre o real espírito da cidade. Período que já começa a se desfazer o CIAM, pois visa-se mais os aspectos sociais do planejamento urbano. A questão mais abordada foi o direito do pedestre para a recuperação dos centros urbanos.
1953	Aix-en-Provence França	“O hábitat humano”		Organizado pelo ASCORAL, considerou-se as extensões das áreas de habitação do homem, relacionando as questões comunitárias.
1956	Dubrovnik Iugoslávia	Surgimento do TEAM 10	Carta do Habitat	Organizado pelo grupo Team X, visando a transição dos líderes mais antigos para os jovens arquitetos. Delinear os ciclos da vida humana.

Quadro 2: Cronologia do CIAM e síntese dos fatos que marcam cada Congresso. Fonte: Elaborada pela autora, 2011.

A declaração final do encontro (que teve a participação de Gropius e Le Corbusier) defendia que a arquitetura deveria “retornar à sua verdadeira esfera, que é econômica, social e completamente a serviço da humanidade”. Ela também afirmou que: “O planejamento urbano é o projeto de diferentes meios para o desenvolvimento da vida material, emocional e espiritual em todas suas manifestações individuais e coletivas, e inclui tanto a cidade quanto o campo” (CURTIS, 2008, p.254).

Para Frampton (2003, p.327), a declaração do CIAM de 1928 enfatizou a construção, e não a arquitetura, como a “atividade elementar do homem, intimamente ligada à evolução e ao desenvolvimento da vida humana”. Mostra que, a arquitetura estava contida nas necessidades políticas e econômica, mesmo caracterizando uma realidade distante do mundo industrial, referindo-se a adoção *universal dos métodos racionais de produção*.

Se, quatro anos depois, Hitchcock e Johnson defenderiam a preeminência do estilo enquanto instância determinada pela técnica, os CIAM enfatizaram a necessidade da economia e da industrialização planejadas, denunciando, ao fazê-lo, a eficiência como um meio de maximizar os lucros. Em vez disso, defendiam a introdução de dimensões normativas e métodos de produção eficientes como um primeiro passo para a racionalização da indústria da construção (Frampton, 2003, p.327).

² As etapas de desenvolvimento dos CIAM são abordadas desta forma por Frampton (2003).

Podem-se entender os CIAM considerando três etapas de desenvolvimento². A primeira de 1928 a 1933 se refere ao momento mais pragmático, quando se colocam diretrizes para o

movimento. As discussões são pautadas na formulação dos princípios do modernismo na arquitetura, influenciados pelo socialismo. Então, foi discutida a questão dos problemas relacionados ao padrão de ambientes mínimo para vivência, a utilização e ocupação do solo e do material empregado nas edificações para eficiência da implantação do lote, assim como o espaço da cidade em sua completude. Por meio dessas discussões, o foco dos estudos era através da análise do gabarito do edifício, o impacto da implantação do empreendimento e das relações do entorno com o lote. Portanto, nesta etapa pragmática da arquitetura e urbanismo modernos, foi estruturado o documento mais simbólico do movimento, a Carta de Atenas, em 1933.

Le Corbusier, que incentivou a produção da Carta de Atenas como um meio de aproximação do problema urbano pela separação analítica das funções, era mais incisivo na condução das atividades do CIAM para a consolidação do modelo para projetos urbanísticos. A formulação da Carta já contava para essa conduta. Inicialmente previsto para ser um debate baseado na compreensão das experiências urbanas de cidades reais, configuradas a partir de processos complexos de intervenção e apropriação universal e dogmático. Essa idealização desconsiderava o resultado das análises das cidades existentes, que impunham limites à eficiência do plano total. A proposta idealista e analítica eliminava o compromisso com as experiências reais trazidas para o debate (BARONE, 2002, p.44).

Ainda nessa primeira etapa, a partir do congresso de Bruxelas, os estudos projetuais foram apresentados através da seguinte estrutura: planta de ocupação do território, visando demonstrar, através de simbologias, as características dos usos residenciais, industriais e recreativos; a rede de tráfego; e a relação entre a cidade e sua região.

A segunda etapa do CIAM – 1933 a 1947 - refere à influência da arquitetura e urbanismo nas questões do planejamento urbano. A Carta de Atenas, como elemento responsável pelo fechamento da primeira etapa, passa a ser o direcionador do movimento moderno a partir de então. O documento é pautado em cinco categorias bem definidas para as relações presentes na estrutura da cidade: moradia, lazer, trabalho, transporte e edifícios históricos. Abordam-se no documento as problemáticas urbanas e pontua correções. Conforme Frampton (2003, p.329), às exigências políticas radicais do movimento inicial tinha sido abandonada, e, enquanto o funcionalismo continuava sendo o credo geral, os artigos da Carta pareciam um catecismo neocapitalistas cujos decretos eram tão idealistamente “racionalistas” quanto irrealizáveis num sentido amplo.

Nessa etapa, as análises projetuais foram realizadas conforme a Carta de Atenas quanto às quatro funções, formulando-se assim a “Grelha do CIAM” como método de apresentação dos trabalhos, que foi desenvolvido pelo grupo de trabalho ASCORAL – Assemblée de Constructeurs pour une Rénovation Architecturale – e Le Corbusier, como forma de avaliar diferentes problemas urbanísticos. A metodologia dessa segunda etapa do CIAM passa a ser em formato de grelhas (“Grelhas do CIAM”). Essas grelhas foram apresentadas conforme as funções determinadas pela Carta de Atenas: habitação, trabalho, lazer e circulação. Nessa forma de apresentação, era necessário preencher quesitos mínimos para o projeto com relação ao ambiente, volume, estética, incidências econômicas e sociais, legislações (ver comparação entre as metodologias no quadro 3).

ETAPAS	MÉTODOS DE ESTUDOS PROJETUAIS DOS CIAM				
1	a. Planta de ocupação do território, analisando os usos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Residencial ▪ Industrial ▪ Recreativo 				
	b. À rede de tráfego c. A relação entre a cidade e sua região				
2	GRELHAS DO CIAM <i>Funções</i>	HABITAÇÃO	TRABALHO	LAZER	CIRCULAÇÃO
	Quesitos de análise para cada unidade da grelha	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambiente; ▪ Volume; ▪ Estética; ▪ Incidências econômicas e sociais; ▪ Legislação. 			
3	GRELHAS <i>Escalas de relações</i>		HOUSE (casa)		
			STREET (rua)		
			DISTRICTO (bairro)		
			CITY (cidade)		

Quadro 3: quadro comparativo do métodos se estudos projetuais dos CIAM. Fonte: Elaborada pela autora, 2011.

Os termos empregados para designar os espaços eram relacionados a suas funções, cores, atributos e idéias que diluíam sua concretude substantiva. A habitação era chamada de alojamento, a rua era percurso, o parque era espaço verde, a rua-corredor, que Le Corbusier pretendia suprimir, era transposta para o corredor das habitações do edifício. Com isso, a própria cidade de que tratava o documento perdia seu significado concreto em meio a denominações distorcidas. (BARONE, 2002, p.47).

Na terceira etapa, correspondente a 1947 até o último CIAM (1956), a partir do CIAM VI (1947), que teve um adiamento de quase dez anos, tenta-se amenizar a esterilidade da “cidade funcional”, pensando em uma forma de satisfazer as necessidades materiais e espirituais do homem. É a partir desse período que se enfatizou os problemas relativos ao desenvolvimento de novas cidades e centros comunitários.

Com as problemáticas emergentes da “cidade funcional”, percebe-se que somente a Carta de Atenas não supre o real espírito da cidade. E a partir daí, o CIAM começa a se desfazer, pois os aspectos sociais do planejamento urbano sobressaem aos esteticismos da arquitetura moderna funcionalista. Leva-se a resolução dos problemas das cidades romperem a funcionalidade para abordar meios mais complexos, visíveis através das questões sobre o direito do pedestre e a recuperação dos centros urbanos.

Bakema trazia um conceito de “núcleo” que desafiava o CIAM a admitir uma nova responsabilidade social, pois propunha como tema as relações humanas criadas a partir dos espaços. Em suas palavras, o núcleo da cidade traduzia “o momento em

que nos tornamos cientes de uma vida mais completa, através da experiência das relações que nos não sabíamos não existiam”. A noção de relação passava a ser uma referência fundamental para a nova geração, que via nessa idéia a possibilidade de discutir a humanização do espaço urbano e a superação da rigidez formal oriunda do funcionalismo (BARONE, 2002, p.54).

Remetendo diretamente a uma série de divergências ideológicas, onde formou-se grupos que visavam novas concepções de arquitetura, que abordam a estrutura da cidade através das relações humanas em suas diferentes escalas. Caracterizando assim um processo que iria contra ao funcionalismo corbusiano e a intenção de universalizar as estruturas urbanas em quatro funções básicas, ou seja, sem considerar as diversas relações estabelecidas pelo regionalismo e os aspectos culturais da população que vivência a cidade de fato.

O tema do CIAM IX, “o hábitat humano” (ou simplesmente Habitat), promoveu uma série de questões que polarizou opiniões, resultou na formação de uma oposição aos mestres da arquitetura moderna por uma geração mais jovem. O que deveria ser o fortalecimento das questões primordiais, o tema habitat era para tratar do fortalecimento da habitação como função urbana principal, como havia planejado Le Corbusier para a organização do evento.

Entretanto, o interesse fundamental da nova geração que surgia na arquitetura era a abordagem da arquitetura como também a *discussão que refletisse os seus interesses na questão das relações sociais engendradas a partir do desenho do espaço urbano. Sua concepção de Habitat ampliava os limites do conceito para incorporar os espaços comunitários envolvidos no desenho da habitação.* (BARONE, 2002, p.56)

Nesse CIAM, Le Corbusier coloca a disposição desses “jovens” arquitetos a organização do CIAM X, visando mostrar as dificuldades de formular um evento deste porte, assim como a formação de um único consenso final. Com isso, o encontro de Dubrovnik, de 1956, foi organizado pelo grupo de arquitetos do Team 10, nome corresponde ao CIAM X.

³ BARONE (2002, p.57-58)

Os jovens abrem o espaço do CIAM para tratar as questões de arquitetura moderna sem as amarras de um dogmatismo concebido *a priori*. Para o encontro, propuseram discussão da questão do Habitat em novos termos, que questionavam o rigor induzidos pelos CIAM através das categorias funcionais impostas para a discussão da cidade³.

Entre as questões encaminhadas pelo Team 10 como relevantes na discussão internacional sobre a arquitetura nos anos 50 cabe destacar duas: a democratização do debate e a manutenção da preocupação com a responsabilidade social do arquiteto. A democratização do debate foi uma das características essenciais do Team 10. Trata-se de uma postura de ruptura com uma antiga tradição dos CIAM em estabelecer um elenco de princípios que funcionassem como regras universais para a produção arquitetônica. Uma das premissas de orientação das reuniões do Team 10 era a possibilidade de incorporar, através da discussão dos projetos apresentados, a divergência de opiniões e a variedade de experiências vividas em situações distintas. A qualidade de suas discussões estava no fato de abrir espaço para questões provenientes dos enfrentamentos escolhidos por cada arquiteto em seus desafios profissionais próprios (BARONE, 2002, p.17).

O grupo tem como meta fundamental modelar um ambiente capaz de sugerir a fusão entre a forma arquitetônica e estilos de vida. Pensam que, as relações humanas são diferentes, de acordo com as escalas de interação na cidade, sendo que o espaço do habitat é, além da unidade habitacional, o espaço de vivenciar a cidade em suas diversas escalas. Portanto, a arquitetura deve pensar as relações que margeiam a vida comunitária, que por razões culturais, possui

necessidades específicas e, principalmente, estão em pleno movimento de transformação de seus habitantes.

A origem do grupo marca-se pela necessidade de discutir a humanização dos espaços produzidos como arquitetura moderna a partir da crítica ao funcionalismo proposto pelo CIAM. Os jovens arquitetos do Team 10 entendiam por humanização a possibilidade de incorporar na produção rigorosa e doutrinada da arquitetura funcionalista a questão das inter-relações sociais no espaço construído (BARONE, 2002, p.61).

Nos aspectos considerados pelo Team 10, vemos a priorização dos espaços públicos, a preocupação social atrelada a uma perspectiva de mudança, onde os processos são pensados para as pessoas que realmente vivem no lugar e que ali elas possam exercer suas liberdades. Portanto, o grupo demonstra respeito pelo contexto espaço-temporal, o que representa uma ruptura radical com a imposição dos padrões estéticos e construtivos tidos como universais.

A ideia que o grupo de Le Corbusier desenvolveu sobre o Habitat, determinou que o habitat se restringisse a habitação em si, ou seja, o espaço destinado para moradia, sendo essa uma dos pilares do funcionalismo, expressos na Carta de Atenas. Em contrapartida, o Team 10 pensa o urbanismo muito além da segregação funcional. Segundo Barone (2002, p.65), a noção de Habitat defendida pelos jovens sustentava-se em um conceito ampliado, que considerava não apenas a moradia, a unidade residencial, mas os espaços de vivência e dos espaços públicos, domínios que permitiam a existência de uma vida coletiva no âmbito da moradia.

O encontro realizado pelo grupo para organizar o CIAM X, leva ao grupo criar o Manifesto de Doorn (figura 4), de 1954, que trata da questão mais ampliada do habitat, visou-se combater as

idéias funcionalistas na forma de discutir o habitat. Mostra-se a partir do estudo do arquiteto inglês Patrick Geddes, século XIX, das “Cidades em evolução”, foi estudado o esquema de Geddes do padrão de ocupação urbana européia, ao qual é pensado nos estilos de vida diferenciados através das relações de convívio comunitário, diferenciado e dependente das áreas mais próximas de interação com a cidade em sua essência. Este é um dos afrentes mais importantes do grupo, mesmo assim foi algo que não levou ao grupo a sintetizar em uma carta dogmática (o manifesto) todos os ideais do Team 10, pois o objetivo central do grupo é a diversificação das experiências da prática profissional e, principalmente, das concepções em arquitetura e urbanismo.

Com isso, o debate preparado para o CIAM X, foi o tema do Habitat como meta de compreensão da cidade existente, a cidade real. A valorização por meio do conceito de territorialidade e interrelações humanas com o espaço urbano habitado, com o objetivo de refletir sobre a noção de lugar e o conjunto de elementos que o compõe. Através disso, o espaço urbano, ou mesmo rural, é pensado como palco das manifestações da comunidade associada ao sentimento humano de pertencimento ao lugar. Portanto, como descreveu Giedion, que mesmo com tom de crítica, a formação da “Carta do Habitat” como resultado das discussões do CIAM X, realizados em 1956:

A tarefa do congresso era delinear a forma da Charte de l’Habitat, que especificaria as relações espaciais do indivíduo dentro da família, levando em consideração o ciclo da vida humana, sua necessidade de tranquilidade isolado e isolamento, sua necessidade de contato com a natureza. O indivíduo dos dias de hoje deveria transformar-se de observador passivo em participante ativo da vida comunitária. O aspecto político constitui somente uma parte do problema (GIEDION, 2004, p. 725)

O marco principal da publicação da “Carta do Habitat” foi o fim efetivo do CIAM, e a consolidação do Team 10. De fato, o desfazimento dos CIAM é o início da construção e preparação das ideologias formadoras da arquitetura e urbanismo contemporâneos, visível no quadro 4 que diferencia o posicionamento do CIAM, como uma entidade representada pela figura central de Le Corbusier, e do Team 10, grupo representado pelo casal Smithson.

O Team 10 na essência é um grupo aberto a discussões e tenta manter-se longe da formação ideológica pragmática. A formação do grupo traz a possibilidade de experimentações projetuais diversificadas, tornando mais simbólico à troca de experiências, do que a formação ideológica em si. Mesmo assim, Barone (2002, p.93) identifica três vertentes de posicionamento que se colocaram como diretrizes para a análise da pluralidade de visões entre os arquitetos, que era a mais forte característica do grupo, essas vertentes foram: a continuidade com a tradição corbusiana, o estruturalismo em arquitetura e a linha de valorização do contexto.

As explicitações dessas vertentes ajudam no sentido de identificar certas filiações teóricas que permearam a produção arquitetônica dos membros do Team 10, possibilitando um caminho para a reflexão crítica dos resultados dos projetos, sem com isso esgotar a discussão. (BARONE, 2002, p.93)

Quadro 4: Team 10 versus CIAM, quadro comparativo sobre a formação ideológica. Fonte: Elaborada pela autora, 2011.

TEAM 10	X	CIAM
<p>“Arquitetos Jovens” <i>Alisson e Peter Smithson</i></p>	QUEM	<p>Modernistas <i>Le Corbusier</i></p>
Critica ao Movimento Moderno	O QUE É	Consolidação do movimento moderno
MANIFESTO DE DOORN	MANIFESTO	CARTA DE ATENAS
<p>Homem Comum; espírito de seu próprio tempo</p>	PENSA	<p>Homem Ideal; espírito de indústria</p>
<p>Contra o modelo universalista. Pesquisa sobre a cultura, hábitos e sistemas construtivos locais; para a identificação dos reais problemas urbanísticos</p>	BASE	<p>Cidade funcional e universalizada; sistematização do urbanismo</p>
<p><i>Flexibilidade e interdisciplinaridade na atuação do arquiteto</i></p>	COMO	<p><i>A arquitetura influência ideologicamente a política de Estado e a sociedade</i></p>

Mesmo sendo um grupo que representa a ruptura da construção do pensamento modernistas, observamos que a influência do movimento moderno é notório, pois esses arquitetos e arquitetas não deixam de ser modernistas. O mais importante é entender o começo da transformação do pensamento arquitetônico modernista para o contemporâneo. As vertentes do Team 10 representam justamente a continuidade e a evolução do pensamento moderno, postura que acontece até com o mestre Le Corbusier, que em seus projetos, é visível o “(re)pensamento” de sua própria arquitetura.

A vertente do Team 10 que traz as idéias de “Megaestruturas”, reflete a idéia do espaço em sua totalidade. De acordo com Barone (2002, p.94 95), no “espaço total”, cada unidade construtiva era entendida como parte de um sistema geral que as englobava. As megaestruturas eram uma evolução da ideia de *city-cluster*, em que as unidades construídas se agregavam em torno de redes de circulação de acesso, formando estruturas interconectadas e polinucleadas. Sendo assim, a ideia das megaestruturas é poder criar tecidos urbanos unificados e contínuos através de espaços anônimos e coletivos uma das expressões assumidas para os critérios de mobilidade e associação propostos desde as primeiras reuniões do Team 10. A terceira vertente explora a questão da arquitetura local tradicional como base projetual, o que possibilita incorporar no projeto essas tradições locais como forma de valorizar a intervenção. Incorporar e valoriza o contexto local para realização do projeto.

Muitas contribuições foram dadas pelo Team 10 na formação do pensamento em arquitetura e urbanismo, entre muitas das contribuições, o tratamento do contexto, tanto da geografia local como das características antropológica. Outro legado está presente na formação dos conceitos

abordados no tratamento do Desenho Urbano e um dos principais impulsos para a atuação da participação popular no processo de desenvolvimento projetual e de construção da obra arquitetônica e urbanística.

[...] Queremos mostrar que, mesmo nos casos mais desesperadores, de quase nenhuma qualidade de vida, como o viver em favelas ou cortiços, há esperança de melhora substantiva.

Vamos defender [...] uma cidade plural, onde muitos estilos de vida devem poder encontrar espaços bem organizados para abrigá-los. Em que os conflitos sejam aos poucos reduzidos, mas dando ganho de causa aos que prezam uma qualidade ambiental sempre melhorada, e perda aos predadores sociais. Estes últimos, quando burgueses ou pequenos burgueses, estando bem de vida, deveriam ter um posicionamento positivo, de contribuição para um avanço social, e não o papel de retardadores do progresso social

(CAMPOS FILHO, 2004, p.10-11)

Atualmente, existem vários estudos direcionados na atuação participativa da comunidade, na produção do espaço habitado, o que inclui a ação da gestão do espaço urbano, a participação da população dos conjuntos habitacionais autogeridos e de espaços abertos públicos.

Os atores sociais na produção do espaço habitado ocupam um papel fortalecido nestas bases, no qual é respeitado o cotidiano e discutido junto à população pertencente ao lugar, como o espaço será vivenciado. Tal preocupação não está presente nos debates da arquitetura moderna, focada que estava na urgência da reconstrução das cidades, mas é introduzida pelo grupo Team



Figura: Capa do livro “Reconstruindo Cajueiro Seco” (2010), este é resultado da dissertação aqui estudada como referência. Fonte: <http://bibfauusp.wordpress.com/2010/08/24/lancamento-do-livro-reconstruindo-cajueiro-seco/>. Acesso: junho/2011.

10, através da possibilidade de inclusão da sociedade no processo de elaboração da gestão e do projeto a ser vivenciado, como foi tratado no capítulo anterior.

O arquiteto Giancarlo de Carlo, parte do Team 10, buscou incluir a participação do usuário como forma de produção de espaços democrático, assim como, a consolidação deste espaço. Os processos participativos tinham como meta a satisfação da comunidade usuária, de fato, durante a produção projetual a participação da comunidade era uma forma de possibilidade de manifestação do usuário e, principalmente, uma forma do arquiteto abordou novos conceitos através da ampliação do repertório dos participantes como meio de popularizar a arquitetura. De Carlo tinha como método de trabalho, que recorria à interdisciplinaridade e o diagnóstico das características locais em conjuntos aos próprios moradores, visando-se assim uma proximidade do real/concreto.

A participação, para ele, implicaria “a presença dos usuários ao longo de todo o curso da operação. Esse fato gera pelo menos três consequências fundamentais: cada momento da operação é, assim, uma fase do projeto. Até o “uso” vem a ser um momento da operação é assim, uma fase do projeto. Os diversos momentos se misturam e a operação deixa de ser linear, de mão-única e auto-suficiente”. As fases da operação que se refere de Carlos são “a definição do problema, a elaboração da solução e a avaliação dos resultados” (BARONE, 2002, p. 160)

A arquitetura projetada/transformada em conjunto com a comunidade, está presente em várias formas nas práticas internacionais como na “anti-arquitetura”, com base idealista da década de 1960, difundidas nos Estados Unidos; na organização coletiva em projetos habitacionais de cunho social, no caso da Europa e por fim na América latina, com a questão habitacional. Estas

práticas apontam para um processo politizador do arquiteto, onde o foco social abrange as questões de competência do profissional.

Como essência, a arquitetura comunitária refere-se à resolução e crítica tipológica das, habitações sociais, desde a arquitetura moderna, tratava-se do uso da unidade mínima, o que da margem ao possível aperfeiçoamento da habitação. Com o objetivo de criar uma identidade mais profunda da população com o empreendimento desde a formação até o uso no espaço – tempo do lugar, ao quais as modificações serão realizadas em um processo de aperfeiçoamento do lugar que habita.

No Brasil, um dos primeiros casos que aponta um discurso de participação popular foi o do Cajueiro Seco, em Pernambuco. Em pleno golpe da ditadura, a referência de participação aparece em discussão como um tema em relação a movimentos de cultura popular, a arquitetura moderna brasileira – foi considerado nesta época um período que surge no Brasil, mesmo tímidos, a crítica aos ideais do modernismo corbusiano - e das origens de práticas mutirante e participativa. A participação foi trabalhada em questão ao aprendizado da técnica e discussão direta do projeto com seus moradores e com “apoio” do exercito. Neste caso, o núcleo habitacional é pensado a partir da pré-fabricação. Grande parte oriunda dos Estados Unidos, e de materiais de disponibilidade local, no caso as casas foram construídas com a taipa de mão, os equipamentos institucionais foram trabalhados juntos a população, caracterizados por modelos construtivos bem diferenciados. Portanto, uma experiência que aborda outros processos construtivos.

No quadro a seguir¹ (quadro 5) permite compreender algumas definições básicas das nomenclaturas que são comuns em literaturas sobre a participação e gestão popular no processo

¹. Quadro realizado com base em VIDAL (2008, p.47 - 74) e GOHN (1988).

de produção do espaço. Distinguir os termos é importante para saber das contradições que podem levar o tema.

DEFINIÇÕES BÁSICAS	
AUTOCONSTRUÇÃO	Caracteriza-se como um processo de produção de moradia através do trabalho da família, sendo o objetivo principal o bem (imóvel) privado somente. Comum em periferias das cidades, geralmente acontece através da posse de lotes urbanizados (sendo de mercado formal ou informal).
AUTOGESTÃO	Uma das formas mais interessantes de organização popular possibilita a população gerir (ter condições de administrar), visando o interesse específico. A autogestão requer a conscientização política da população, assim como o desenvolvimento de uma formação pautada nas práticas pedagógicas.
CO-GESTÃO	Este termo refere-se à ambiguidade existente na ação participativa, com objetivo de neutralização dos conflitos sociais, porém, não se visa à resolução do processo, pois é uma forma de controle. Geralmente este processo vem do Estado ou de interesses de classes mais abastadas, visando o bem estar geral.
MUTIRÃO	Visa-se um processo em grupo, onde a produção de moradia perpassa o sentimento individual da unidade, mas sim a concentração dos esforços coletivos, pautados em uma organização comunitária. Logo, designa o processo coletivo.
PARTICIPAÇÃO	Embora exista uma ambiguidade, a participação pode ser pensada de duas formas: como formal e real. A participação formal tem com ótica a reforma através de ações políticas. A segunda, a participação real, é o direcionamento da luta pela transformação e superação das estruturas sociais, o que resulta em um processo em longo e médio prazo. Mesmo assim, toda forma de participação requer uma organização e planejamento para que aconteça de fato.

Quadro 5: Definições básicas sobre as formas de participação, mutirão e autoconstrução. Fonte: Elaborada pela autora, 2011.

Atualmente no Brasil, a autogestão e participação na produção habitacional está bem difundida nos Movimentos urbanos por moradia, na formação de comunidades em assentamentos precários, e nos movimentos em prol a reforma agrária. Assim como de organizações não governamentais de apoio à população na área de autogestão de empreendimentos habitacionais, como exemplo o USINA CTAH (Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado). Mesmo assim, um dos fatos mais importantes para a promoção da participação da população na tomada de decisão e na produção do espaço é o relativos ao incentivo dado pelo Estatuto da Cidade.

O véu que a fotolitografia faz correr sobre a arquitetura não é neutro. Os processos fotográficos e de reprodução de alta velocidade não são, por certo, apenas a economia política do signo, mas também um filtro insidioso através do qual nosso ambiente tátil tende a perder sua sensibilidade. Quando grande parte da construção moderna é vivenciada concretamente, sua natureza fotogênica é negada pela pobreza e brutalidade gênica é negada pela pobreza e brutalidade de seu detalhamento. [...] Como é raro encontrar uma obra moderna em que a modulação de uma tectônica escolhida penetra os recessos mais íntimos da estrutura, não como uma força totalizadora, mas como a declinação de uma sensibilidade articulada. [...] Vista sob esse prisma, a arte da arquitetura transforma-se em uma “reserva de *realidade*”, [...] um lugar onde o home ainda pode encontrar repouso material e espiritual; uma espécie de encrave capaz de resistir, na condição de *outro*, à furiosa e desvantagem investida da modernização tecnológica (FRAMPTON, 2003, p. 417).

Este capítulo tem como objetivo central o estudo projetual das obras que são pertinentes para a discussão dos assuntos até aqui apresentado. A metodologia utilizada para o estudo de projeto refere-se às escalas de interação, organizadas conforme a organização das “Grades do CIAM X”, como proposto pelo Team 10. Entretanto, o foco deste estudo não é um único projeto, mas a comparação/relação para a formação ideologia do pensamento sobre a questão da habitação e principalmente das relações do habitat.



Figura 5: Unité d'habitation, Le Corbusier. Fonte: Scully Jr., 2002, p.96.

A prancha 1, organizada através das grades, compõe no conjunto de estudos projetuais de 5 autores. Formam uma matriz de comparações entre projeto, permitindo o estudo por escalas (House, Street, Districto e City) na horizontal, tornando possível comparar as escalas. Como também, a leitura vertical de cada projeto individualmente; e por fim a leitura diagonal da matriz para panorama geral do estudo. Com isso, os projetos são estudados através dos conceitos e organização espacial (figura 6). Considerando os aspectos ideológicos desenhados através da linha cronológica, foi considerada a data do projeto em questão e não o ano de conclusão, pois assim é possível realmente traçar uma cronologia ideológica dos projetos. As obras apresentadas (quadro 6) são: “Unité d’habitation”, em Marseille - França, de Le Corbusier (1945); “Conjunto residencial Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como Pedregulho”, Rio de Janeiro - Brasil, de Afonso Reidy (1947); “Robin Hood Garden”, em Londres – Reino Unido, de Alison e Peter Smithson (1964); “Villaggio Matteotti”, em Terni - Italia, Giancarlo De Carlo (1965); e por fim, o “Quinta Monroy”, em Iquique – Chile, do escritório Elemental (2003).

A primeira obra é o projeto “Unité d’habitation” (figura 5) do Le Corbusier, traz relações diretas entre o individual e o coletivo, quando na composição projetual inclui áreas de lazer, comércio e a abertura ampliação do espaço público para dentro do edifício, por meio dos pilotis. Giedion (2004, p. 571), diz que a “Unité d’habitation” é um dos poucos momentos em que se conferiu uma expressão tridimensional à imaginação social. Trata-se de uma obra que traz a experiência de eliminar o comércio do nível superior e colocá-lo no pavimento central (prancha 1, célula A C).

Quadro 6: Dados dos projetos estudados. Fonte: elaborada pela autora, 2011.

DADOS DOS PROJETOS ESTUDADOS					
PROJETO	Unité d'habitation	Conjunto residencial Prefeito Mendes de Morais - Pedregulho	Robin Hood Garden	Villaggio Matteotti	Quinta Monroy
LOCAL	Marseille França	Rio de Janeiro Brasil	Londres Reino Unido	Terni Itália	Iquique Chile
ARQUITETO	Le Corbusier	Afonso Reidy	Alison e Peter Smithson	Giancarlo De Carlo	Elemental
ANO	1945	1947	1964	1965	2003

Quadro 6: Organização das Matriz de estudo projetual. Fonte: elaborada pela autora, 2011.

MATRIZ CRONOLÓGICA COM BASE NAS GRELHAS UTILIZADAS NO CIAM X					
	“Unité d'habitation” (1945)	“Conjunto residencial Prefeito Mendes de Morais - Pedregulho” (1947)	“Robin Hood Garden” (1964)	“Villaggio Matteotti” (1965)	“Quinta Monroy”(2003)
House (casa)					
Street (rua)					
Districto (bairro)					
City (cidade)					

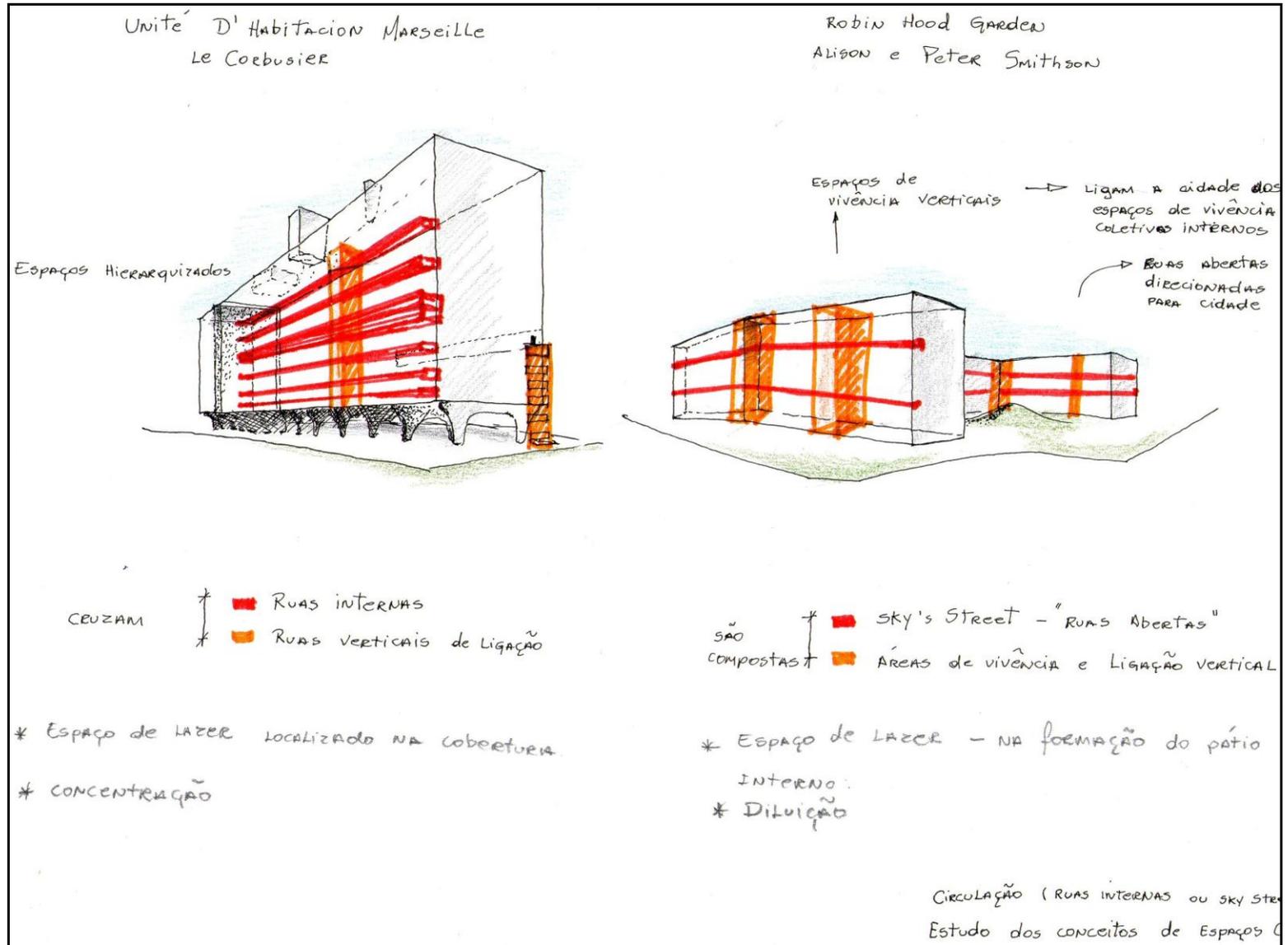


Figura 6: Exemplo de um dos estudos realizados para a compreensão do projeto. Fonte: elaborado pela autora, 2011.



Figura 7: Pedregulho, pavimento intermediário.
Fonte: Bonduki, 2002, p. 195.

Essa idéia também vai aparecer no projeto de Afonso Reidy no Rio de Janeiro, mas com características mais peculiares. O bloco principal do “Conjunto Pedregulho” (figura 7) inova na composição o acesso no piso intermediário, isso foi possível, pois o partido utilizado por Reidy sai do relevo local (prancha 1, célula B B). Este pavimento intermediário permite acesso a áreas de convívio comunitário e a equipamentos institucionais que compõem ao resto do complexo.

Entretanto, o Robin Hoob Garden (figura 8), dos Smithson, possui uma série de equipamentos coletivos, que se localizam na parte inferior do complexo. A composição paisagística lúdica abriga os equipamentos e propõe uma área aberta, extensa, de lazer. Cada andar possui as “ruas aéreas” (Sky Street), onde o formato alargado das “ruas” leva a paisagem da rua, e as áreas livres privadas ao interior do complexo pátio (prancha 1, células, C B e C C). As características mais minuciosas estão presentes nas áreas de transição formadas pelo recuo da entrada das unidades habitacionais. Neste projeto, as discussões das interações sociais são abordadas no projeto, porém, a participação no processo projetual não existiu.

Giancarlo De Carlo foi um dos primeiros arquitetos a trabalhar com a participação da população na produção do projeto arquitetônico e urbanístico, o primeiro trabalho dele é o Plano Diretor de Urbino na Italia. Porém, o primeiro projeto que aplicou a participação da população em um projeto de habitações para operários foi em Terni, no Villaggio de Matteotti (figura 9). A participação foi realizada em conjunto com a população local em uma operação para a demolição de um conjunto residencial de operários da década de 1930, que estava degradado e não supria a demanda populacional do local. Logo, este projeto visou o aumento da demanda, mesmo assim sem trabalhar com unidades de alta densidade, como acontece nos projetos acima citados.



Figura 8: Robin Hood Garden.
Fonte: Team 10 Online,
<www.team10online.org>. Acesso
em maio de 2011.

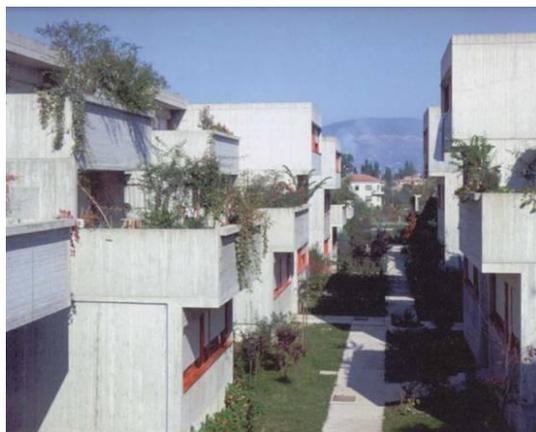


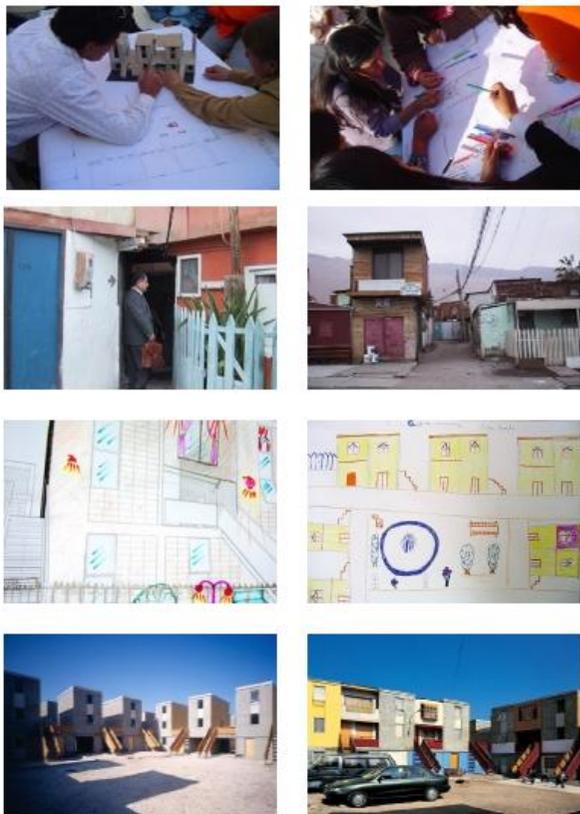
Figura 9: villaggio Matteotti, ruas
para pedestres. Fonte: Max Risselada
and Dirk van der Heuvel, *In search of*
***a Utopia*, 2005, p.221**

O arquiteto, De Carlos, em conjunto com a população aborda um programa de necessidades para equipamentos coletivos extenso. A maior problemática era com o fato da operação realizada mesmo que em conjunto levasse a um processo de especulação imobiliária, o que levou a realização de outro projeto, visando atender apenas aos moradores já existentes.

O projeto teve como base de processo o aumento do repertório arquitetônico dos moradores e um processo com a participação de sociólogos para elaboração do perfil da população. Na elaboração do processo o arquiteto, apresentou a implantação para ser discutida ponto por ponto até chegar a um acordo. No projeto em si, prevaleceu às áreas de transição, a separação das vias para pedestres, a hierarquização dos espaços, com jardim privado que com a composição se tornam espaços visualmente coletivos.

A partir deste processo, várias formas de participação foram realizadas em processo projetual. Entretanto, as utilizações em operações de melhorias urbanas em áreas com assentamento precário são cada vez mais comuns, um exemplo contemporâneo foi o concurso realizado pela cidade do Chile, Iquique, que um programa governamental visava melhorar as condições das habitações em lugares precários, mas sem disponibilidade de verba para esta realização, como é o caso do Elemental com “Quinta Monroy”.

Atualmente, a tendência seguida para implantação de habitação no mundo, como também no Brasil, cada vez mais abrange a participação dos favorecidos, ou seja, o método incide nos aspectos locais e de autogestão, o que leva ao indivíduo não apenas “sofrer” as intervenções do Estado, por exemplo, e sim usar sua própria força e responsabilidade que tem como indivíduo e como parte da sociedade. Para tal, o cidadão tem o direito de ter flexibilidade para que o espaço



mude conforme muda a vida, ou ter a liberdade também de não escolher mudar, o que dificulta quando os espaços são rígidos e impostos tanto na questão arquitetônica como na urbana.

Figura 10: Quinta Monroy, projeto Elemental. Fonte: <http://www.elementalchile.cl/viviendas/quinta-monroy/quinta-monroy/#>. Acesso em maio de 2011.

Introdução a questão da habitação

Não havia “problema” da habitação para o escravo, quer no Brasil, quer na Grécia antiga, inclusive é especialmente porque o escravo não tinha direito à habitação (VILLAÇA, 1986, p.3-4).

O problema habitacional passou a ser realmente uma questão importante para o Estado quando se tornou perigoso para salubridade das cidades. Se as habitações populares não representassem perigo para as condições sanitárias da cidade, nada se saberia sobre elas ¹. Logo, no momento em que ocorre o *boom* populacional nas cidades brasileiras, a necessidade de assentar a massa populacional tornou evidente a escassez e precariedade da habitação para a população proletária.

Grande parte dos relatos sobre a situação da habitação tem como foco uma preocupação com a saúde pública, apontando a atuação do poder público por meio de medidas para controle sanitário das habitações, criação de legislações e códigos de postura para a construção de edificações e intervenções urbanas de saneamento. Existia vigilância monitorando o comportamento e situação de higiene das unidades habitacionais, atuando energeticamente por

1. Bonduki, 2004, p.21

meio de policiamento e violência, para que essas passassem por dedetizações ou inspeções rigorosas.

As intervenções estatais aconteceram conforme esta premissa, de forma autoritária, visando à mudança dos hábitos das massas populares, condições higiênicas e o aumento na extensão das redes de água. O poder público, entretanto, não foi um espectador passivo das condições de moradia dos pobres ², e quando a situação era de calamidade, a edificação era simplesmente demolida, ou seja, com exceção destes casos extremos não ocorria uma medida mitigadora da situação por parte do Estado.

A habitação para trabalhadores (proletariados) foi caracterizada, desde então, pela produção de espaços de grande aglomeração de pessoas, resultado da migração campo-cidade, com precárias condições de higiene e conforto. Implicou num contexto de problemáticas geradas nessa forma de ocupação urbana, um problema que passa a ser das organizações governamentais (Estado) e não deliberadamente dos capitalistas industriais – mesmo exercendo algum tipo de influência política.

O pensamento crítico que emerge da observação da formação urbana e social do século XIX até o XX, mostra uma série de pensadores (políticos, filósofos, urbanistas), que questionam a forma de produção da cidade, por meio justamente da desigualdade entre seres humanos, seja através de espaços delimitados para um determinado segmento social, seja pelo seu esquecimento/indiferença.

A consequência desses fatores, para a discussão do urbanismo e da produção do espaço urbano é apontada por uma série de teorias que transitam entre questões utópicas e as

4. Refere-se sobre as escalas que abrange o público, coletivo e privado.

intervenções realizadas através de ideologias aplicadas/materializadas na cidade. Logo, existem semelhanças entre a forma de produzir e discutir habitação nos países ocidentais e, também, as particularidades que diferenciam este processo.

A emergência da problemática habitacional resulta de um conjunto de revoluções ³ que marcaram o mundo moderno e que culminou nas mudanças da estrutura urbana, no aumento populacional exacerbado, fazendo emergir questões sobre a própria natureza do homem em sociedade. As cidades, então industriais, são articuladas por novos meios de transportes, densamente habitadas e com problemas sérios de insalubridade, no espaço habitado (independente da escala ⁴ tratada).

Logo, a necessidade de intervenções nesse espaço caótico, intencionada por questões higienistas, representou, também, a busca da identidade da sociedade moderna, a afirmação daquilo que a diferenciava das sociedades arcaicas do passado e a afirmação de um sonho de futuro grandioso. Então, nesse momento, a busca pela cidade ideal, como espelho de uma realidade pautada muito mais na intenção política, econômica e tecnológica, materializa-se em traçados que escondem/limpam toda, ou parcialmente, as cidades medievais, ou não *progressistas*, visando à implantação da cidade moderna.

Efetivamente com o capitalismo, o problema da habitação se torna mais saliente, pois a terra, a força de trabalho de homens e mulheres e os meios de produção, praticamente tudo, passam a ser considerados como mercadoria. Assim sendo, a formulação desse sistema econômico produziu, de um lado, os modos/modelos de produção em massa e, de outro, a forma do indivíduo como consumidor vinculado a sua possibilidade de consumo à venda da sua força de

trabalho. Contudo, nem sempre, o trabalhador encontra na venda da própria força de trabalho, condições de adquirir os bens de que necessita para ter acesso a um padrão digno e adequado de vida. No que se refere à habitação, isso tem se traduzido em moradias precárias (em relação à salubridade, infra-estruturas e distanciamento espacial), muitas vezes informais e produzidas pelo próprio trabalhador e sua família, nas horas liberadas do trabalho.

Ao discutir as questões da habitação, Villaça (1986, p.6) cita quatro razões estruturais para o modelo capitalista de produção impedir o acesso dos trabalhadores à habitação decente. A primeira é o fato de que a habitação está vinculada diretamente ao solo e, diferentemente de outros produtos, é produzida em poucas localizações centrais, para assim ser distribuídas entre os consumidores. O segundo ponto tratado é obstáculo *representado pela propriedade privada da terra*, que impacta *violentamente no preço do produto habitação*, levando *as camadas mais pobres a morar nas piores localizações das cidades*. O terceiro refere-se à dificuldade da habitação em ser totalmente mercadoria, pois, diferente das demais mercadorias, exige longo período de produção e de consumo. E a última, razão refere-se ao papel da habitação nos custos de reprodução da força de trabalho, pois grande parte desse custo é pago com o salário do trabalhador, de maneira que, quanto mais alto seu padrão de vida, inclusive seu padrão de habitação, maior terá que ser o seu salário⁵.

Até a década de 1930, a produção habitacional foi de caráter privado, realizada por investidores e encomendados por empresas, para formação de vilas operárias. Nesse momento, não existia os sistemas de financiamento da casa própria. Por esse motivo, eram predominantes as moradias de alugueis, ou produção rentista⁶. A moradia era um foco de investidores para obtenção de renda. Segundo Bonduki (2004, p. 47), existiam duas modalidades diversas de vilas

5. VILLAÇA, 1986, p.6.

6. Expressão utilizada por Bonduki.

operárias, a primeira se caracteriza por ser um assentamento habitacional, promovido por empresas e destinado para seus funcionários. Na outra forma, as moradias eram produzidas por investidores privados e destinadas ao mercado de locação. De modo geral, a escala social era refletida nas aparências graduais das vilas até a precariedades dos cortiços.

A crise ocasionada pelo *crash* da Bolsa de Valores de Nova York (1929) teve seu impacto também no Brasil. A redução das exportações de café, a estagnação do comércio e da indústria levou ao desemprego rural e urbano. A amplificação do “déficit” habitacional somado a procura pela oferta por emprego constituiu na principal atração de população para os centros urbanos maiores, agravando a situação de carência de moradia.

No governo Vargas, o problema habitacional não deixa de ser uma questão higienista, porém, passa a ser uma política social direcionada a situação de déficit no país. É nesse período, que as intervenções em relação à produção de habitações econômicas começam acontecer.

O modelo de produção rentista da habitação passa por uma crise estabelecida por aumentos excessivos dos aluguéis, tornando urgente a necessidade de soluções rápidas para o problema da habitação compatíveis ao novo ciclo de expansão econômica e com o desenvolvimentismo ⁷. A intenção ideológica articulava para que o Estado obtivesse o encargo direto das problemáticas e para que o próprio trabalhador conseqüentemente, também se encarregasse dessa responsabilidade, o que permite a eliminação dos cortiços e a segregação espacial do trabalhador para as periferias, devido ao baixo custo das moradias.

Dentre as propagandas do Estado Novo, a questão da moradia é símbolo da imagem paternalista do governo e do trabalho digno e sacrificante como conquista de um melhoramento

7. Bonduki, 2004, p.77

social. Através disso, a idéia da casa própria se torna popular, ou seja, permite ideal/ilusão de progresso social e material. Porém, não é a realidade da população mais carente, efetivamente pouco beneficiada, pois, em grande parte, a classe média foi a parcela da população que mais teve acesso a essa política.

Dentre as políticas, podemos destacar a Lei do Inquilinato, que instituiu o congelamento dos alugueis, em 1942, o que desestimulou a produção de moradia para locação pelo setor privado, resultando na busca de moradia nas periferias.

A Lei do Inquilinato foi uma resposta aos protestos dos trabalhadores, além de inteirar o interesse por parte dos empresários de eliminar a pressão que o aumento dos aluguéis exercia sobre o aumento dos salários. Se a lei do Inquilinato constitui um alívio em curto prazo para o bolso do trabalhador, em longo prazo diminuiu a oferta de novas moradias, pois deixava de ser vantajoso ter imóvel como fonte ou complementação de renda ⁸.

Nesse contexto, as opções colocadas para o trabalhador, morador de aluguel, eram bastante limitadas, ou aceitava fazer um novo contrato de locação, com valor bem superior, ou, então, adquiria, à prestação, um destes precários lotes populares, em rincões afastados da cidade e desprovidos de infra-estrutura, para aí, a muito custo e vagarosamente, construir, por si mesmo, sua casa. O loteamento irregular na periferia, ou a simples ocupação ilegal de terras, e a autoconstrução da moradia tornaram-se as opções mais importantes para a provisão de moradia dos migrantes nas grandes cidades. O trinômio loteamento ilegal/autoconstrução/serviço de ônibus foi responsável pela formação das extensas periferias urbanas durante, no mínimo, meio século. Portanto, esse fenômeno de construir sua própria habitação, em um terreno próprio de periferia, vai

ser a opção, então, para a grande parte da população assalariada de baixa renda. Isso levou a mancha urbana a atingir dimensões antes impensadas.

Essas novas áreas incorporadas à cidade serão em grande parte irregulares, quer por não possuírem os lotes escriturados, quer por não atenderem às exigências mínimas de infra-estrutura prescritas na lei dos arruamentos.

A todos aqueles que não conseguiam arcar com a prestação de um lote popular, restava uma última alternativa possível: a invasão de terreno e a posterior produção de sua própria moradia, na maior parte das vezes, um precário barraco de madeira, construído com os recursos e técnicas disponíveis. Temos, assim, a consolidação da favela que, a partir dos anos 50, do século XX, passa a compor a paisagem das grandes cidades brasileiras. Durante as décadas seguintes, a favela, juntamente com o cortiço – que não deixa de existir -, vão se constituir na moradia, por excelência, dessas classes de mais baixa renda.

É importante entender que a omissão do poder público, diante da proliferação de loteamentos clandestinos, era parte de uma estratégia para facilitar a construção da casa pelo próprio morador que, embora não tivesse sido planejada, foi se definindo na prática, como modo de viabilizar uma solução habitacional “popular”, barata, segregada, compatível com a baixa remuneração dos trabalhadores e que, ainda, lhes desse a sensação, real e ilusória, de realizar o sonho de se tornarem proprietários (BONDUKI, 2004, p.288). Tudo isso sem nenhuma contrapartida dos cofres públicos.

Através da realização das carteiras dos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões), haviam carteiras imobiliárias destinadas ao financiamento de habitação para operários em todo o

Brasil. Muitos conjuntos habitacionais foram construídos com recursos dos IAPs. Contudo, esses atendiam somente uma parcela pequena de toda a demanda habitacional do país.

A identificação da aplicação desses princípios é possível através da análise de alguns aspectos inseridos no repertório da arquitetura moderna, dentre eles o emprego de pilotis, a implantação racional e cartesiana, a utilização da cobertura para atividades recreativas, a limpeza de ornamentação nas fachadas e outros. É interessante observar que as obras que empregaram esses elementos, buscando compatibilizar economia, prática, técnica e estética, tiveram participação ativa de seus autores, arquitetos tais como Atilio Correa Lima, Paulo Antunes Ribeiro, MMM Roberto, Eduardo Knesse de Melo, Hélio Uchoa Cavalcanti, Carlos Frederico Ferreira, e Affonso E. Riedy.

Entretanto, a ação do governo na implementação dos programas habitacionais reduziu o impacto e a abrangência da proposta e em consequência, houve uma incorporação apenas parcial dos princípios da arquitetura moderna. A idéia de produzir unidades habitacionais com qualidade arquitetônica e urbanística, aliando bom aproveitamento do terreno e baixo custo de construção, não conseguiu se manter no projeto final. Consequentemente ganharam espaço projetos cada vez mais padronizados (repetitivos e monótonos), uniformes, desarticulados de um projeto social⁹ e sem qualidade urbanística e arquitetônica, característicos de meados dos anos 1950, renunciando o que seria a principal característica da produção do BNH (Banco Nacional de Habitação)¹⁰, a partir de 1964. No entanto, essa iniciativa de empregar os princípios modernos em escala urbana foi muito importante na fase anterior ao projeto de Brasília.

9. Bonduki, 2004, p.135.

10. O BNH foi criado pela Lei nº 4.380 de 1964: Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social; o sistema financeiro para aquisição da casa própria; Criação o Banco Nacional da Habitação (BNH) e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

O governo de Juscelino Kubitschek (JK) foi um dos períodos marcantes do país, pois houve um grande desenvolvimento econômico, sustentado por uma propaganda pautada na modernização - “cinquenta anos em cinco” –, que teve como consequência, o grande endividamento do Brasil. O projeto econômico desse governo baseou-se, principalmente, no investimento em energia, transporte, alimentação, indústrias, educação e na construção de Brasília, principal obra do seu governo. A decisão de transferir a capital do Rio de Janeiro para Brasília se deu, principalmente, para afastar o centro das decisões políticas das regiões densamente povoadas e, ao mesmo tempo, interiorizar o desenvolvimento econômico e a urbanização. As políticas de habitat não foram o forte no governo JK, mesmo assim, foram construídos grandes conjuntos habitacionais, onde a produção seriada de unidades habitacionais coletivas era associada a outros serviços (lavanderias, restaurantes, etc), nos moldes modernistas.

Durante os governos populistas, a prática das políticas habitacionais não supriu a demanda desejada. Esse estilo de governo, pautado na autopromoção do Estado e na imagem paternalista, não garantiu a construção de um número significativo de habitações para as camadas sociais de baixa renda. Mesmo assim, seguindo como parâmetro o jogo de interesses político, a classe média obteve razoável aproveitamento nas políticas habitacionais, sendo, mais uma vez, a maior beneficiada.

Neste período, os problemas gerados são de ordem econômico-financeira, que se tornará a base da Política Habitacional. Apesar de algumas tentativas de criação e exploração de fontes de recursos, a inabilidade do governo populista para o tratamento da questão habitacional foi notória, pois não ocorreu uma estruturação de política pública e social e estratégia de metas.

Em 1960, a crise urbana e habitacional se agrava a partir do processo de industrialização e urbanização acelerado e ausência de política estruturada para enfrentar de fato a nova situação. De acordo com BONDUKI e KOURY (2010): Instituições criadas nos anos 1930 e 1940, como os IAP's e a FCP, mantinham-se por inércia e conveniência política (eram controlados pelo PTB, partido que fazia parte da coligação governamental), embora não tivessem nenhuma possibilidade de executar uma ação consistente no campo da habitação e, menos ainda, uma política habitacional. A inflação crescente corroía os parques fundos investidos em habitação nas décadas anteriores, sem que existisse qualquer mecanismo para reajustar aluguéis e prestações.

Com o governo João Goulart, os arquitetos entraram no debate e contribuíram para uma nova política habitacional, articulando a questão urbana, mostrando uma perspectiva de transformações mais estruturais da sociedade brasileira, conhecidas como “Reformas de Base”. Nesse período, os principais problemas nacionais, que incluem a questão agrária, a educação e o desenvolvimento nacional foram debatidos, sendo dirigidos por arquitetos no processo de discussão sobre a questão urbana e habitacional. As abordagens eram de propostas pautadas na reforma urbana e com forte influência progressista, apontando como elemento principal a grave crise de moradia nas cidades brasileiras.

Como consequência disso, a realização do Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, com o apoio do governo federal, através do Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE), gerou várias propostas para uma nova política habitacional e urbana.

Entretanto, com o golpe militar foram interrompidas algumas das perspectivas políticas e reformistas introduzidas pelo SHRU, acarretando em uma divergência de opiniões. O regime militar assume parcialmente as propostas do SHRU no processo de transformação do setor habitacional e urbano promovendo a criação do BNH e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhou). Sendo assim, as propostas mais progressistas que divergiam das ideologias do regime militar não foram implementadas, ou seja, algumas questões só voltaram à tona no processo de redemocratização, na luta pela reforma urbana a partir do processo Constituinte de 1988, o que redundou nas alterações promovidas nos anos 1990, bem como no Estatuto da Cidade.

No seminário foram discutidos quatro temas: a situação habitacional do País; a habitação e o aglomerado humano; a reforma urbana: medidas para o estabelecimento de uma política de planejamento urbano e de habitação; a execução dos programas de planejamento urbano e de habitação. O BNH pode ser considerado como um produto da ditadura, dadas as características econômicas, políticas e ideológicas de sua atuação. Seu objetivo verdadeiro nunca foi oferecer casa própria, especialmente à população de menor renda, mas sim, usar a casa própria (se possível até mesmo para a população de menor renda), para promover a acumulação e atacar os graves problemas econômicos e políticos com que se defrontavam a classe dominante na época

11.

11. VILLAÇA,2008.

Mesmo assim, o BNH deixou marcas importantes na política habitacional e na estrutura institucional brasileira, como o sistema de financiamento, a criação de uma série de programas com diretrizes gerais para que a execução fosse realizada de forma descentralizada, como a redistribuição dos recursos discriminados em nível regional, e a criação de agências para operar as políticas em conformidade com as diretrizes gerais e recursos em todos os estados

A partir da extinção do BNH em 1986, além das heranças adquiridas através das dívidas do tesouro nacional, assumindo a Caixa Econômica Federal (CEF) como órgão financiador de habitações populares. Com a reforma do Estado e a partir da Constituição de 1988, ocorreu uma forma de redefinição de responsabilidade para a gestão dos programas sociais, ficando reservada aos Estados e Municípios a autonomia de aderir os programas disponíveis pelo governo.

Com as oscilações e instabilidades financeiras do início da década de 1990, a os governos em escala estadual e municipal passam a desenvolver ações locais, com bases em modelos como a regularização de favelas, loteamentos periféricos e programas de urbanização, com financiamento oriundo próprio. Isso é resultado do uso elevado do FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço), que ocasionou a interrupção temporária do recurso em financiamentos, ficando a critério da união a distribuição de recurso oriundo de fundo perdido.

Com a disseminação da gestão dos municípios em programas direcionados à habitação, permitiu maior integração entre as políticas de provisão de habitação e das políticas fundiária, além do controle do uso e ocupação do solo, o que possibilitaria uma eficácia melhor. Mesmo assim, a união através do controle das linhas de créditos, manteve o sistema centralizado, porém, sem estruturar uma política para dar suporte a atuação dos governos estaduais e municipais.

Com o Estatuto da Cidade (EC)¹² que trás diretrizes de políticas urbanas, visando oferece aos municípios instrumentos para garantir uma gestão urbana democrática, assim como a função social do solo urbano e o direito à cidade. As diretrizes gerais tem por objetivo central o desenvolvimento urbano das cidades, preocupando-se com a garantia de habitação e transportes urbanos para todos os cidadãos. A importância do EC para as questões habitacionais e de

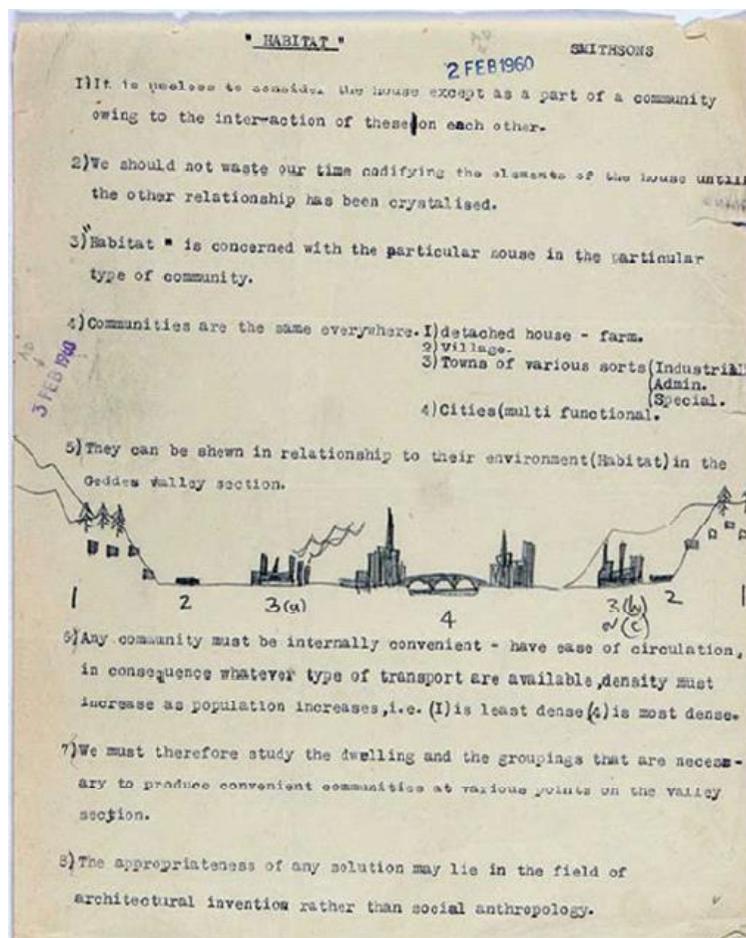
desenvolvimento, mesmo que criticadas, é um avanço muito importante, pois possibilita a discussão na forma de gestão dos municípios e caracterizou avanços com instrumentos que trazem meios de punição às ilegalidades urbanas.

Com a criação do Ministério da Cidade¹³ em 2003, a política habitacional passa a ser integrada no contexto urbano. Portanto, o problema habitacional é tratado em conjunto com as questões de saneamento ambiental de infraestruturas, em relação aos serviços e equipamentos urbanos, incluindo também a questão do transporte coletivo.

O significado mais interessante do Ministério foi articulado conforme um modelo participativo e democrático, como forma de elaborar políticas em conjunto com a população. Com isso, a discussão dos problemas urbanos foi realizada em conjunto com a população, em reuniões realizadas em todas as escalas de governo, visando atingir a participação mais ampla possível da população, formulando assim diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Como também, inclui a Política Nacional de Habitação (PNH) que tem por objetivo promover condições de todos os segmentos da população ter acesso e direito a cidade, sendo através de moradia digna e integrada à cidade.

O PNH viabiliza políticas que visam resultados em longo prazo e com participação popular, estabelecendo como principal meta a caracterização das demandas a serem atendidas, sendo estes programas voltados a Habitação de Interesse Social e de Mercado. O que permitiu a concentração do programa em vários seguimentos sociais, tratando assim, de forma diferenciada as necessidades específicas destes grupos, como a educação para usos dos empreendimentos, por exemplo.

Mesmo assim, os programas que seguem na atualidade não aparentam seguir as metas básicas trabalhadas no princípio do Ministério, pois se acarretou em uma série de mudanças de dirigentes que levam a priorização de outros interesses. Por causa disso, vemos o Programa “Minha Casa, Minha Vida” desrespeitando toda política pensada para garantir o direito à cidade, ignorando por completo o EC, formando enclaves nas periferias das cidades.



Manifesto de Doorn

Fonte:

<http://www.team10online.org>

Acesso: abril, 2011

Lista de figuras, quadros, pranchas e mapas

LISTA DE FIGURAS:

- Figura 1: o habitar mostra as escalas de interações social, espacial e temporal entre os espaços públicos, coletivos e privado. Fonte: elaborado pela autora, 2011. 29
- Figura 2: esquema demonstrando como se caracteriza habitabilidade a uma residência. Fonte: elaborado pela autora, 2011. 30
- Figura 3: o habitat mostra as escalas de interações social, espacial e temporal entre os espaços públicos, coletivos e privado. Fonte: elaborado pela autora, 2011. 31
- Figura 4: Capa do livro “Reconstruindo Cajueiro Seco” (2010), este é resultado da dissertação aqui estudada como referencia. Fonte: <http://bibfauusp.wordpress.com/2010/08/24/lancamento-do-livro-reconstruindo-cajueiro-seco/>. Acesso: junho/2011. 53
- Figura 5: Unité d’habitation, Le Corbusier. Fonte: Scully Jr., 2002, p.96. 57
- Figura 6: Exemplo de um dos estudos realizados para a compreensão do projeto. Fonte: elaborado pela autora, 2011. 58
- Figura 7: Conjunto Pedregulho, pavimento intermediário. Fonte: Bonduki, 2002, p.195. 59
- Figura 8: Robin Hood Garden. Fonte: Team 10 Online, <www.team10online.org>. Acesso em maio de 2011. 60
- Figura 9: villaggio Matteotti, ruas para pedestres. Fonte: Max Risselada and Dirk van der Heuvel, In search of a Utopia, 2005, p.221 60
- Figura 10: Quinta Monroy, projeto Elemental. Fonte: 61 <<http://www.elementalchile.cl/viviendas/quinta-monroy/quinta-monroy/#>>. Acesso em maio de 2011.
- Figura 11: Linha férrea. Fonte: autora, 2011. 75
- Figura 12: Conjunto de imagens sobre a escala da casa. Fonte: autora, 2011. 78
- Figura 13: Conjunto de imagens sobre a escala da rua. Fonte: autora, 2011. 79
- Figura 14: Conjunto de imagens sobre a escala do bairro. Fonte: autora, 2011. 80
- Figura 15: Conjunto de imagens sobre a escala da cidade. Fonte: Google Earth modificado pela autora, 2011. 81
- Figura 16: Eixo Cultural e Parque do Povo da Zona Leste. Fonte Google Earth modificado pela autora, 2011. 82

LISTA DE QUADROS:

- Quadro 1: quadro esquemático das escalas de interação do habitat. Fonte: elaborado pela autora, 2011. 32
- Quadro 2: Cronologia do CIAM e síntese dos fatos que marcam cada Congresso. Fonte: Elaborada pela autora, 2011. 37

Quadro 3: quadro comparativo do métodos se estudos projetuais dos CIAM. Fonte: Elaborada pela autora, 2011.	41
Quadro 4: Team 10 versus CIAM, quadro comparativo sobre a formação ideológica. Fonte: Elaborada pela autora, 2011.	48
Quadro 5: Definições básicas sobre as formas de participação, mutirão e autoconstrução. Fonte: Elaborada pela a autora, 2011.	55
Quadro 6: Dados dos projetos estudados. Fonte: elaborada pela autora, 2011.	
Quadro 7: Organização das Matriz de estudo projetual. Fonte: elaborada pela autora, 2011.	59

LISTA DE PRANCHAS:

Prancha 1: Matriz de estudos projetuais – costura cronológica e apresentação das ideologias no desenho de arquitetura e urbanismo, matriz de estudos de projetos.	62
---	----

A

ALMEIDA, Eneida de; AZEVEDO TEIXEIRA, Kátia . **Jon Maitrejean**: A casa como mote de reflexão e experimentação. Arqtextos, São Paulo, 09.102, Vitruvius, nov 2008 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/09.102/92>>. Acesso em: 14 de setembro. 2010.

ANELLI, Renato Luiz Sobral. **A cidade contemporânea**: uma conversa com Joaquim Guedes. Arqtextos, São Paulo, 09.099, Vitruvius, ago 2008 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/09.099/117>>. Acesso em: 27 de agosto. 2010.

ANTONUCCI, Denise; KATO, Volia Regina Costa ; ZIONI , Silvana ; ALVIM, Angélica A. T. B.. **UN-Habitat**: 3 décadas de atuação. Arqtextos, São Paulo, 09.107, Vitruvius, abr 2009 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/09.107/56>>. Acesso em: 24 de outubro de 2010.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos multirões. Posfácio de Roberto Schwarz. São Paulo: Editora 34, 2002.

ARTIGAS. João Batista Vilanova, 1915-1985. **Caminhos da arquitetura**. [organização José Tavares Correia de Lira, Rosa Artigas]. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

AZEVEDO, Sérgio de & ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. **Habitação e Poder – da Fundação da Casa Popular ao banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

B

BARONE, Ana Cláudia Castilho. **Team 10**: arquitetura como crítica. São Paulo: Annablume:Fapesp. 2002.

BIERRENBACH, Ana Carolina de Souza. **Os rastros da ausência**: o projeto de Lina Bo Bardi para a Cooperativa de Camurupim. Arqtextos, São Paulo, 09.101, Vitruvius, out 2008 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/09.101/101>>. Acesso em: 14 de setembro. 2010.

BITTENCOURT, Rosa Maria. **Presidente Prudente**: a habitação de madeira e o desenvolvimento do oeste paulista. São Paulo,

BONDUKI, Nabil **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo, Estação Liberdade, 2004.

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. **Das reformas de base ao BNH**. As propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Arquitextos, São Paulo, 10.120, Vitruvius, mai 2010 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3432>>. Acesso em: 09 de junho. 2010.

BORGES SILVA, Ronés. **Segregação e/ou Integração**: o programa de desfavelamento e loteamentos urbanizados em Presidente Prudente, Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2005.

BOUDUKI, Nabil [org.]. **Afonso Eduardo Reidy**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi. Lisboa: Editorial Blau, 1999.

BRANDÃO, Helena Câmara Lacé; MOREIRA, Angela . **A varanda como espaço privado e espaço público no ambiente da casa**. Arquitextos, São Paulo, 09.102, Vitruvius, nov 2008 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.102/95>>. Acesso em: 14 de setembro. 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 2003.

Brasil. Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**: regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 10 nov. 2003.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

BUENO, Laura Machado de Mello; CYMBALISTA, Renato (orgs.). **Planos Diretores Municipais**: novos conceitos de planejamento territorial. São Paulo: Annablume, 2007.

C

CAMARGO, Mônica Junqueira de. **Guedes**: razão e paixão na arquitetura. Arquitextos, São Paulo, 09.099, Vitruvius, ago 2008 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.099/116>>. Acesso em: 27 de agosto. 2010.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Reinvente seu bairro**: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. São Paulo: Editora34, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto. 2001, p. 173 – 186.

CAVALCANTI, Lauro, LAGO, André Corrêa do. **Ainda moderno? Arquitetura brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. São Paulo: Editora Perspectiva. Coleção Estudos, 1998.

COMITE ESTATAL DE LA CONSTRUCCION. **Arquitetura y Desarrollo Nacional Cuba 1978**. XIII Congreso de La Unión Internacional de Arquitectos.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1993.

COSTA, Alcilia Afonso de Albuquerque. **As contribuições arquitetônicas habitacionais propostas na Cidade dos Motores (1945-46)**. Town Plannings Associates. Xerém, RJ. Arquitextos, São Paulo, 10.124, Vitruvius, set 2010

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.124/3575>>.
Acesso em: 19 de setembro. 2010.

D

DA SILVA, Luís Octávio. **Primórdios da habitação social:** as experiências do entreguerras na Europa e Estados Unidos. *Arquitextos*, São Paulo, 09.097, Vitruvius, jun 2008 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/136>>. Acesso em: 09 de maio. 2009.

F

FIGUEROA, Mário. **Habitação coletiva e a evolução da quadra.** *Arquitextos*, São Paulo, 06.069, Vitruvius, fev 2006 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.069/385>>. Acesso em: 19 de maio. 2010.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna.** Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FUENTES, Maribel Aliaga. **Do quarto redondo à meia água:** um olhar sobre a habitação social chilena. *Arquitextos*, São Paulo, 09.102, Vitruvius, nov 2008 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.102/93>>. Acesso em: 14 de setembro. 2010.

Fundação João Pinheiro. **Déficit habitacional no Brasil.** Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações. 2. ed. 2005.

G

GIEDION, Sigfried. **Espaço, tempo e arquitetura:** o desenvolvimento de uma nova tradição. Tradução de Alvamar Lamparelli. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GONDRAN CARVALHO DA SILVA, Adriana. **A moradia na Alemanha e no Brasil:** os exemplos de Freiburg i.B. e Florianópolis/SC. *Arquitextos*, São Paulo, 08.085, Vitruvius, jun 2007 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/241>>. Acesso em: 14 de setembro. 2010.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A luta pela moradia popular em São Paulo.** Sinopses (USP), v. 09, p. 183-202, 1988.

H

HOBBSAWN, Eric J. **A Era das Revoluções.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 23 ed, 2008.

I

INSTITUTO CIDADÂNIA. **Projeto Moradia.** São Paulo: Instituto Cidadania, 2ª edição. 2001.

IRAZÁBAL, Clara. Da **Carta de Atenas à Carta do Novo Urbanismo**. Qual seu significado para a América Latina?. Arqtextos, São Paulo, 02.019, Vitruvius, dez 2001 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/02.019/821>>. Acesso em: 25 de outubro 2010.

J

JACQUES, Paola Berenstein. **A participação comunitária na cidade contemporânea**. Resenhas Online, São Paulo, 03.035, Vitruvius, nov 2004. <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/03.035/3173>>. Acesso em: 13 de maio. 2011.

L

LOPES, João Marcos de Almeida ; RIZEK, Cibele Saliba. **O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres**: uma abordagem crítica. In: Adauto Lucio Cardoso; Alex Kenia Abiko. (Org.). Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda (Coletânea Habitare; v.5). 1 ed. Porto Alegre: ANTAC, 2006, v. 1, p. 52-83.

M

MARACCI, Marilda Teles. **O movimento por moradia e políticas de Estado no contexto da produção do espaço-território urbano em**

Presidente Prudente. 1999. 123f. Dissertação (mestrado em geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 1999.

MARICATO, Erminia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa - Omega, 1979.

MARICATO, Erminia. **Dimensões da tragédia urbana**. São Paulo: Ciência Revista eletrônica de jornalismo científico SBPC. Vol. 29. 2002. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/equipe/do02.html>>. Acesso em: 27 de agosto. 2010

MARICATO, Erminia. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual Editora. 1997.

MARICATO, Erminia. **Política Habitacional no Regime Militar**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARICATO, Erminia. **Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação**. Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 21, 2009, p. 33-52.

MARINS, Paulo César Garcez. **Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras**. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras.1998. p.131-213.

MARTUCCI, Ricardo; BASSO, Admir. **Uma visão integrada da análise e avaliação de conjuntos habitacionais**: aspectos metodológicos da pós-ocupação e do desempenho tecnológico. 2002. Disponível em: <<http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/88.pdf>>. Acessado em 05 de maio.2009.

MASCARÓ, Juan Luís; YOSHINAGA, Mário. **Infra – estrutura urbana**. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2005.

MASSARI, Solange Aparecida. **A igualdade começa pelo planejamento da cidade**. s.l., Instituto Brasil Social, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES / SNH. **Plano Nacional de Habitação**: texto para debates. Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Habitação**. Cadernos MCidades, n. 4, 2004.

P

PEREIRA, Raul Isidoro. **O Sentido da paisagem e a paisagem consentida**: projeto participativos na produção do espaço livre público/ Raul Isidoro Pereira. Tese de doutorado (área de concentração: Paisagem e ambiente). São Paulo, 2006. p.203:il.

Prêmio Caixa / IAB 2004. Concurso Nacional de Idéias para Habitação Social no Brasil (categoria profissional). Projetos, São Paulo, 05.051, Vitruvius, mar 2005 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/05.051/2456>>. Acesso em: 11 de agosto. 2010.

PROURB/FAU/UFRJ. **O Programa Favela-Bairro**. Disponível em: <<http://www.fau.ufrj.br/prourb/cidades/favela/progfavbt.html>>. Acesso em: 05 de agosto. 2010.

R

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo, Perspectiva, 2002.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RUBANO, Lizete Maria. **Habitação social**: temas da produção contemporânea. *Arquitextos*, São Paulo, 08.095, Vitruvius, abr 2008. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/153>>. Acesso em: 13 de julho. 2010.

RUBANO, Lizete Maria. **Habitação social**: temas da produção contemporânea. *Arquitextos*, São Paulo, 08.095, Vitruvius, abr 2008 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/153>>. Acesso em: 11 de junho. 2010.

S

SANTORO, Paula Freire e CYMBALISTA, Renato (orgs.). **Planos Diretores**: processos e aprendizados. São Paulo: Instituto Pólis, 2009. (Publicações Pólis 51). Disponível em <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=319>. Acesso em: 04 de setembro. 2010.

SAULE JÚNIOR, Nelson; CARDOSO, Patrícia de Menezes. **O Direito à Moradia no Brasil**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005. 160p.

SCULLY JUNIOR, Vincent. **Arquitetura moderna**. São Paulo: Cosac & Naify. 2002

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SILVA, Rachel Coutinho Marques (Org.). **A Cidade pelo avesso:** desafios do urbanismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Vana & Mosley: Ed. PROURB, 2006, p.113-132.

SILVA, José Carlos Plácido da. **Habitação popular na região de Presidente Prudente** :proposta de sistema construtivo. São Paulo, 1985.

SOBARZO MIÑO, Oscar Alfredo. **Os espaços da sociabilidade segmentada:** a produção do espaço público em Presidente Prudente. 2004. 221f. Tese (doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Diego Beja Inglez de. **Reconstruindo Cajueiro Seco:** Arquitetura, política social e cultural popular em Pernambuco (1960-64). Dissertação de mestrado (área de concentração em História e fundamentos sociais da arquitetura e urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008.

V

VALADARES, Jorge de Campos. **Qualidade do espaço e habitação humana.** Ciênc. saúde coletiva [online]. 2000, vol.5, n.1, pp. 83-98. ISSN 1413-8123.

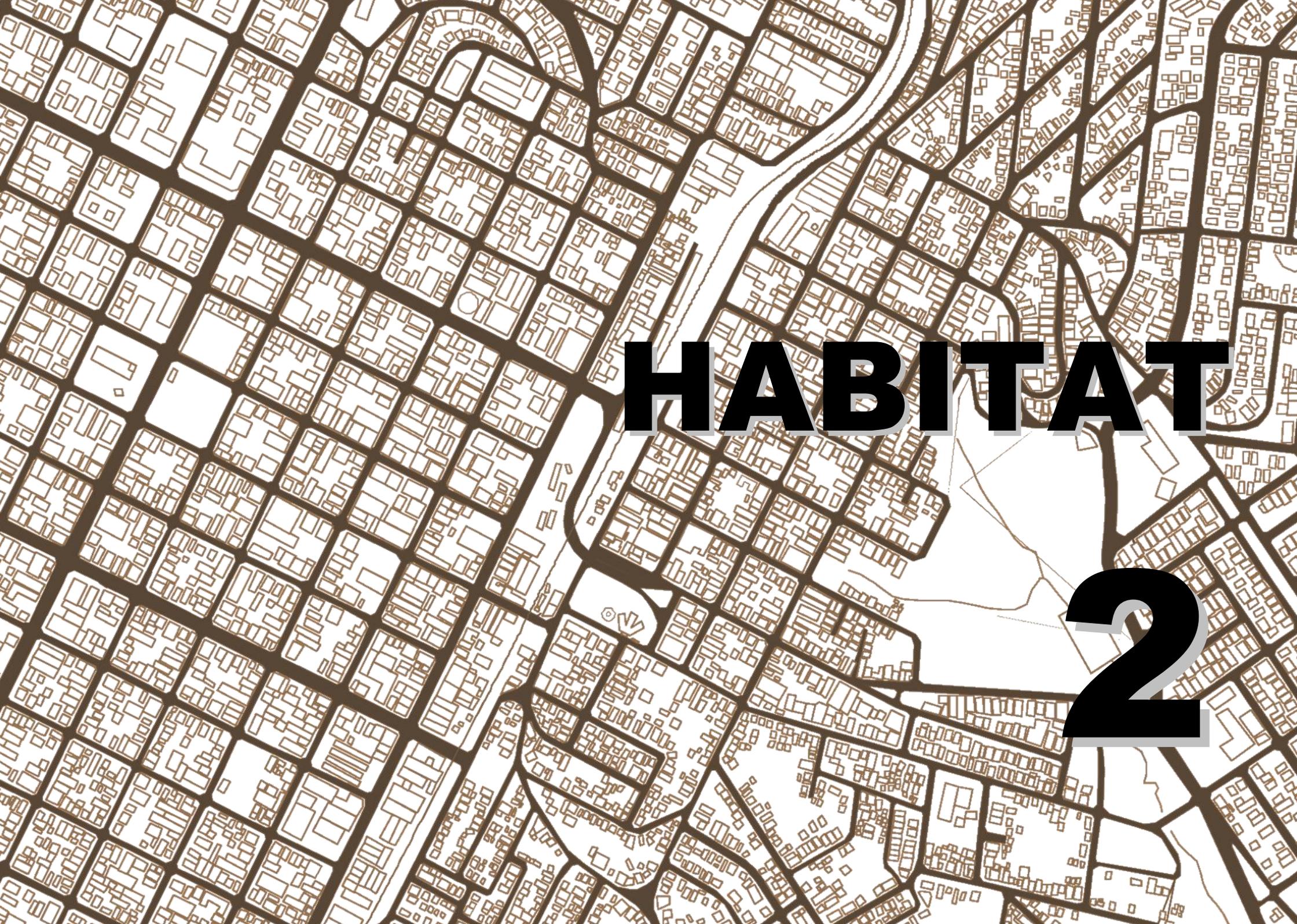
VIDAL, Fernando Edmundo Chermont. **A autoconstrução e o mutirão assistidos como alternativas para a produção de habitações de**

interesse social. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília. 2008.

Vilanova Artigas: Arquitetos brasileiros. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi. Fundação Vilanova Artigas, 1997.

VILLAÇA, Flávio. **As Ilusões do Plano Diretor.** São Paulo, 2005. Disponível em: < http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf >. Acesso em: 01 de agosto. 2010.

VILLAÇA, Flávio. **O Que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Habitação.** São Paulo: Global Editora, 1986. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cidadao_habita.pdf>. Acesso em: 01 de agosto. 2010.



HABITAT

2



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente

HABITAT

do urbanismo à arquitetura comunitária

CADERNO 2

MUNIQUE CUNHA MASCARO

Orientadora: Prof. Dra. Arlete Maria Francisco

Coorientador: Prof. Dr. Nécio Turra Neto

Trabalho Final de Graduação III (TFG III), apresentado ao curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente.

Presidente Prudente, 2011

VILA MARCONDES

Presidente Prudente-SP



O habitat é o objeto e conceito deste projeto, e aborda como recorte territorial a cidade de Presidente Prudente – SP, o bairro Vila Marcondes, um dos bairros mais antigos da cidade. O bairro foi selecionado como área de intervenção para a aplicação dos conceitos do habitat. A partir das problemáticas habitacionais como precariedade e área de ocupação irregular, somadas a atuação da comunidade para as reivindicações de melhorias e a importância do bairro para cidade, tornou o lugar propício as propostas de intervenção. Considerando estes aspectos, o objetivo central deste caderno é apresentar os processos realizados para alcançar as propostas projetuais para o local.

Para tal, este caderno está organizado conforme as escalas de relações humanas, remetendo a metodologia utilizada durante o último CIAM (1956), proposto pelo grupo Team 10, que através das escalas visou à representação das relações espaciais como diretrizes das propostas de intervenção. Este método é utilizado como norteador para a leitura e compreensão do espaço e suas diversidades na contemporaneidade, através do foco mais social do projeto em arquitetura e urbanismo.

A primeira escala, **Casa**, apresentará as características da população da Vila Marcondes onde será possível compreender a formação mais específicas das áreas que estão pontuadas no projeto, tanto as proposta habitacional conforme o modo de vida da população estudada. A segunda escala, a **Rua**, abrange as necessidades básicas das vias de pedestres, a valorização do espaço urbano através da recuperação das relações que foram perdidas com os elementos que estabelecem a identidade do bairro. A escala do **Bairro** trata do elemento que reforça as relações entre bairro e cidade, estabelecendo uma conexão. E por fim, a escala da **Cidade**, onde será apresentado o conjunto das intervenções e diretrizes propostas. Para facilitar a leitura do trabalho, segue em anexo cinco pranchas, a primeira trata-se de uma prancha geral e

sintética sistematizando o processo do trabalho em formas de matrizes, assemelhando-se a prancha apresentada no caderno 1, e as outras mostram a proposta detalhada das escalas.

O projeto se tornou abrangente, pois aborda como linha condutora e metodológica o conceito do Habitat, ou seja, às escalas de relações: casa, rua, bairro e cidade. Portanto, o projeto abraça desde os equipamentos urbanos, passando por proposta de habitações, loteamento ao planejamento urbano. Portanto, este projeto busca desde o primeiro momento propor outra óptica de entender a questão da habitação, das intervenções urbanas e da necessidade de instigar a população a participar da estruturação da cidade em todas as suas escalas. O que tornou gratificante neste projeto foi perceber as mudanças são possíveis quando o olhar passa a identificar novas formas de ver o mundo.



CASA (HOUSE)

Vila Marcondes

VIDA E SOCIEDADE

O estudo da escala da Casa (house) torna possível identificar as relações que existem no funcionamento da moradia, como as relações interpessoais dentro da delimitação do lote e casa, ou quais são os pontos de encontro e privacidade dentro do espaço familiar. De certa forma, parece impossível identificar estas variáveis complexas. Entretanto, durante os diversos diálogos e levantamentos foi possível identificar formas, que não são padrões, mas são modelos comuns as áreas trabalhadas.

Como processo projetual, a primeira etapa realizada foi o levantamento do perfil dos moradores, das comunidades existentes, e por fim o dialogo com a população que estão em habitações precárias e/ou em área irregulares no bairro Vila Marcondes, o que permitiu o conhecer as formas variadas de relações familiares e mesmo comunitárias.

Das relações comunitárias do bairro existem as formações oriundas da Mitra Diocesana de Presidente Prudente, onde ocorre a intervenção no bairro de festas, de ajuda a comunidade local, assim como os grupos que pertencem à igreja, porém, fazem parte de grupos menores, como o grupo de mulheres e os Vicentinos, vertentes filantrópica. Os Vicentinos é uma organização muito maior dentro da igreja, que atua no país todo, são caracterizados por auxiliar em moradia e alimentação. No bairro os vicentinos possuem casas e comércios de aluguel (fotos na lateral), onde podem cobrar aluguéis mais baratos, visando não ao lucro, mas sim a manutenção dos programas de ajuda às famílias carentes.

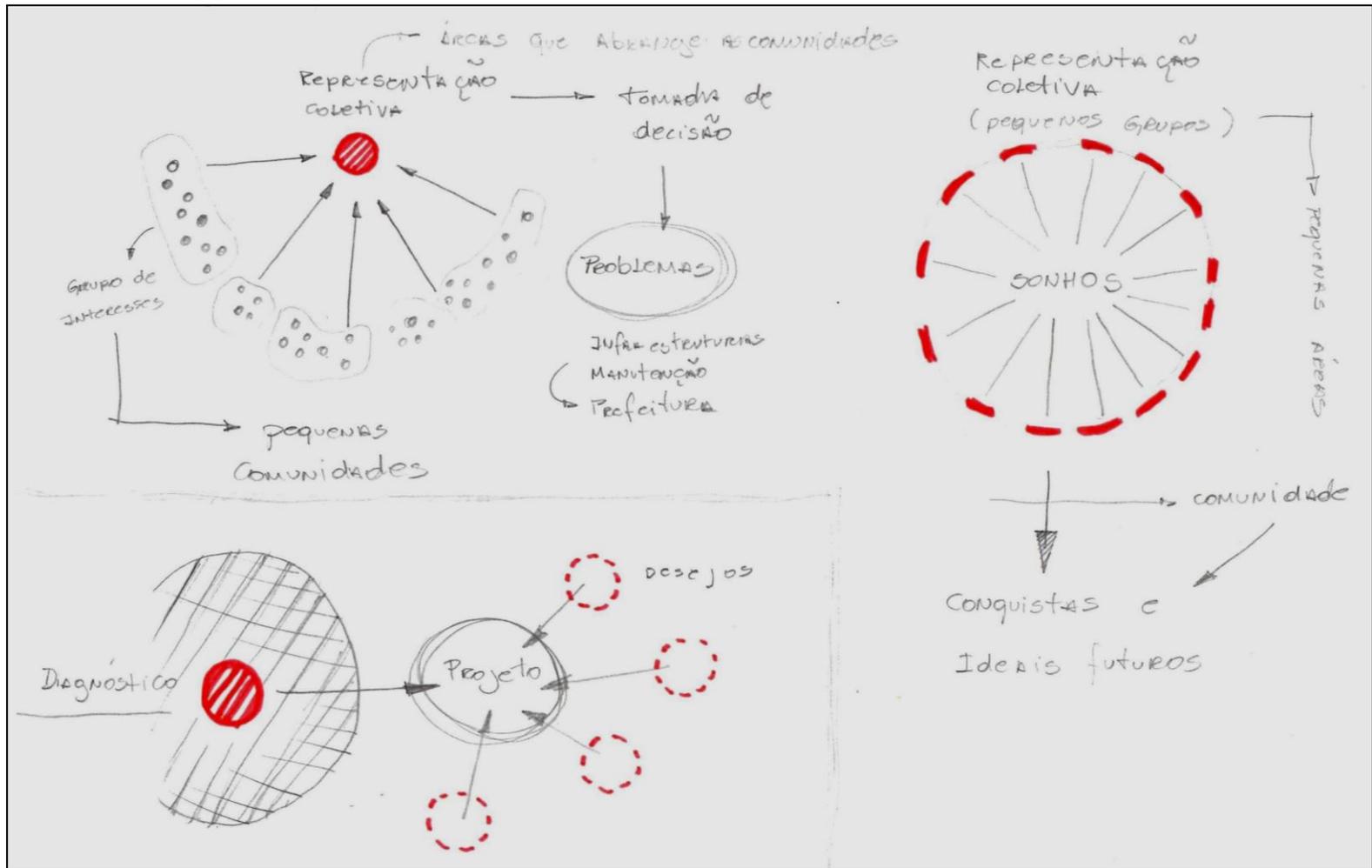


Outra forma de participação observada foi a atuação das reuniões de bairro, não existe um espaço físico para tal, mas a ação comunitária ocorre conforme as necessidades de segurança, melhores condições de infraestruturas, e melhorias nos espaços livres do bairro. Em conformidade ao trabalho de campo observam-se diversos grupos estão organizados em prol a melhoria do bairro se organiza em pequenos grupos de interesses, para a manifestação diante do poder público. A figura a seguir mostra as notas realizadas em campo sobre o aspecto da participação em intervenções da cidade.

Para obter um recorte territorial específico nesta escala abordamos um levantamento específico, onde utilizamos pesquisas científicas realizadas na instituição (Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP) sobre habitações precárias em Presidente Prudente e cruzamos os dados para adaptá-los ao levantamento da área de intervenção. Assim, os dados obtidos em campo foram confirmados, criando as áreas para diálogos específicos com a população que possuem habitações precárias e em áreas irregulares.

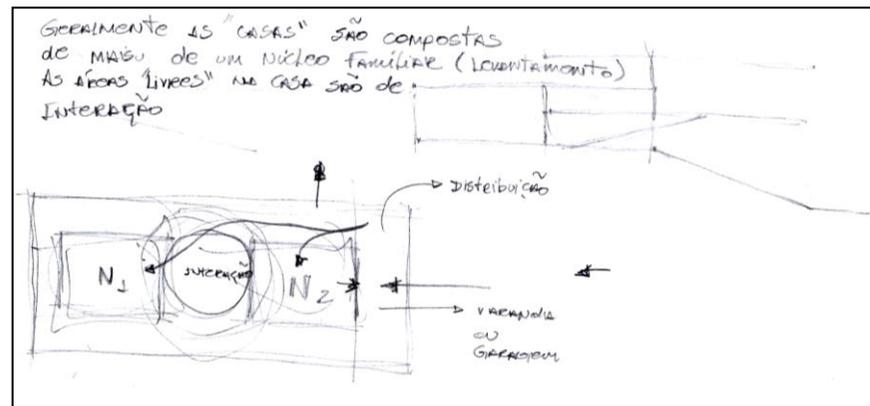
A realidade do local mostra a presença de um número significativo de idosos e famílias que moram a mais de dez anos no lugar, além, de um mais de 97 habitações sem manutenção mínima, logo em estado de ruína. Outro fator importante é a existência pequenos cortiços e a utilização do lote unifamiliar como unidade multifamiliar, ou mesmo uma pequena parte comercial. O bairro é marcado por construções históricas, que são as primeiras ocupações do local e de Presidente Prudente. Os primeiros diálogos realizados foram guiados por um questionário abordado na utilização das escalas de relações humanas, visando identificar as características gerais da população.





Uma série de mapas foi realizada para orientar a forma como idealizado o recorte territorial e direcionamos os diálogos com os moradores de habitações precárias. Observando o modo de vida dos moradores através das relações, podemos identificar alguns modos que são fundamentais para compreensão dos números alcançados para a implantação das unidades e os novos formatos de lotes.

O esboço a seguir mostra as formas de interação existentes, caracterizando os modos interação dentro da casa, no caso com mais de um núcleo familiar:



Modo 1	Modo 2	Modo 3
Mais de um núcleo familiar	Habitações coletivas	Habitação unifamiliar com ampliação da casa
Lotes divididos por 2 ou mais núcleos familiares com parentesco. Algumas com unidades de comércio.	Cortiço ou casa de aluguel (como cômodos ou edícula)	Com comércio em alguns casos

A seguir os mapas tratam da forma de ocupação que ocorrem na área , as questões abordas no levantamento

Legenda

 Imóveis precários

 Referências

1. Mitra Diocesana de
Presidente Prudente

2. Caixa d' água (SABESP)

3. Estação Ferroviária



Escala 1:5000

Mapeamento das habitações em estado
precário do bairro Vila Marcondes

Escala Gráfica (metros)



Legenda

-  Imóveis próprios
-  Imóveis alugados
-  Referências

1. Mitra Diocesana de Presidente Prudente
2. Caixa d'água (SABESP)
3. Estação Ferroviária

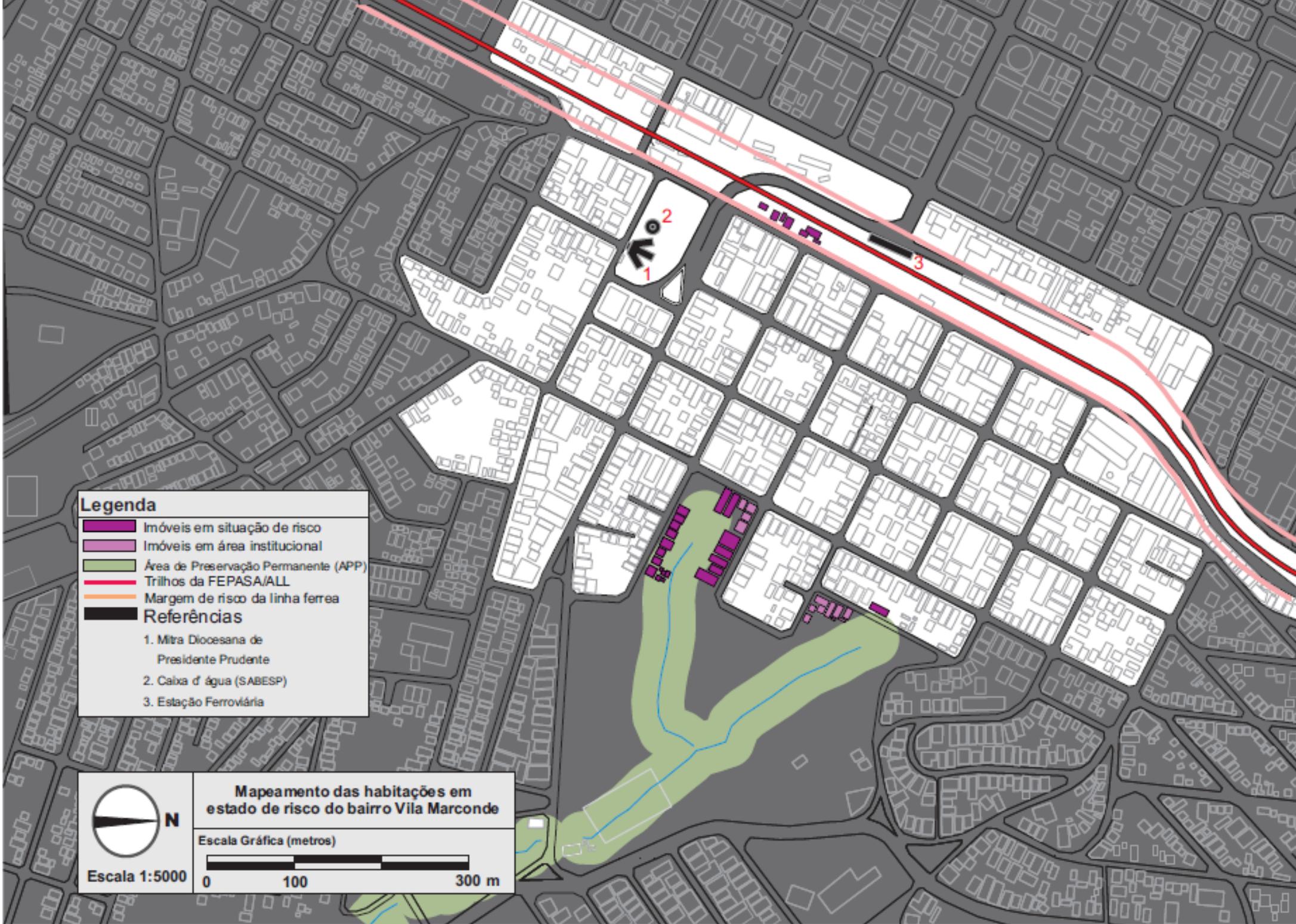


Escala 1:5000

Mapeamento das habitações em estado precário do bairro Vila Marcondes relacionando a condição de ocupação do imóvel

Escala Gráfica (metros)





Legenda

- Imóveis em situação de risco
- Imóveis em área institucional
- Área de Preservação Permanente (APP)
- Trilhos da FEPASA/ALL
- Margem de risco da linha ferrea
- Referências

- Mitra Diocesana de Presidente Prudente
- Caixa d'água (SABESP)
- Estação Ferroviária

Mapeamento das habitações em estado de risco do bairro Vila Marconde

Escala Gráfica (metros)

0 100 300 m

Esca 1:5000

Legenda

-  Terrenos ociosos
-  Imóveis precários
-  Referências

1. Mitra Diocesana de Presidente Prudente
2. Caca d' água (SABESP)
3. Estação Ferroviária

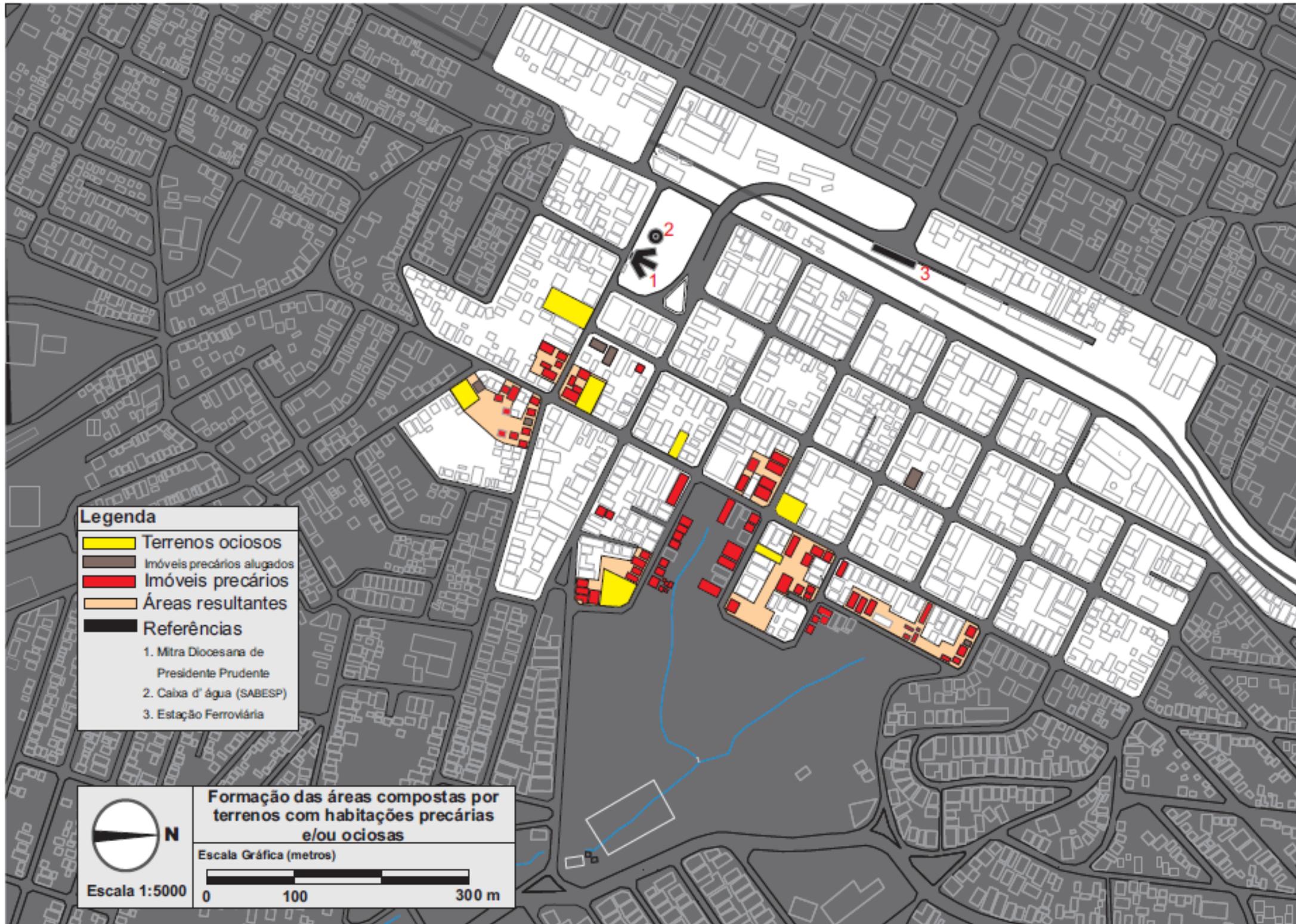


Escala 1:5000

Mapeamento das áreas ociosas do bairro Vila Marcondes e relação com as casas em estado precário

Escala Gráfica (metros)





Legenda

- Terrenos ociosos
- Imóveis precários alugados
- Imóveis precários
- Áreas resultantes
- Referências

- Mitra Diocesana de Presidente Prudente
- Caixa d' água (SABESP)
- Estação Ferroviária

 N

Escala 1:5000

Formação das áreas compostas por terrenos com habitações precárias e/ou ociosas

Escala Gráfica (metros)



0 100 300 m

Legenda

-  Terrenos ociosos
-  Imóveis precários
-  Quadras referidas
-  Referências

1. Mitra Diocesana de Presidente Prudente
2. Caixa d'água (SABESP)
3. Estação Ferroviária



Escala 1:5000

Quadras que possuem habitação precária e/ou terrenos vazios

Escala Gráfica (metros)



Legenda

-  Terrenos ociosos
-  Imóveis precários
-  Áreas resultantes
-  Referências

1. Mitra Diocesana de Presidente Prudente
2. Caixa d' água (SABESP)
3. Estação Ferroviária

 N

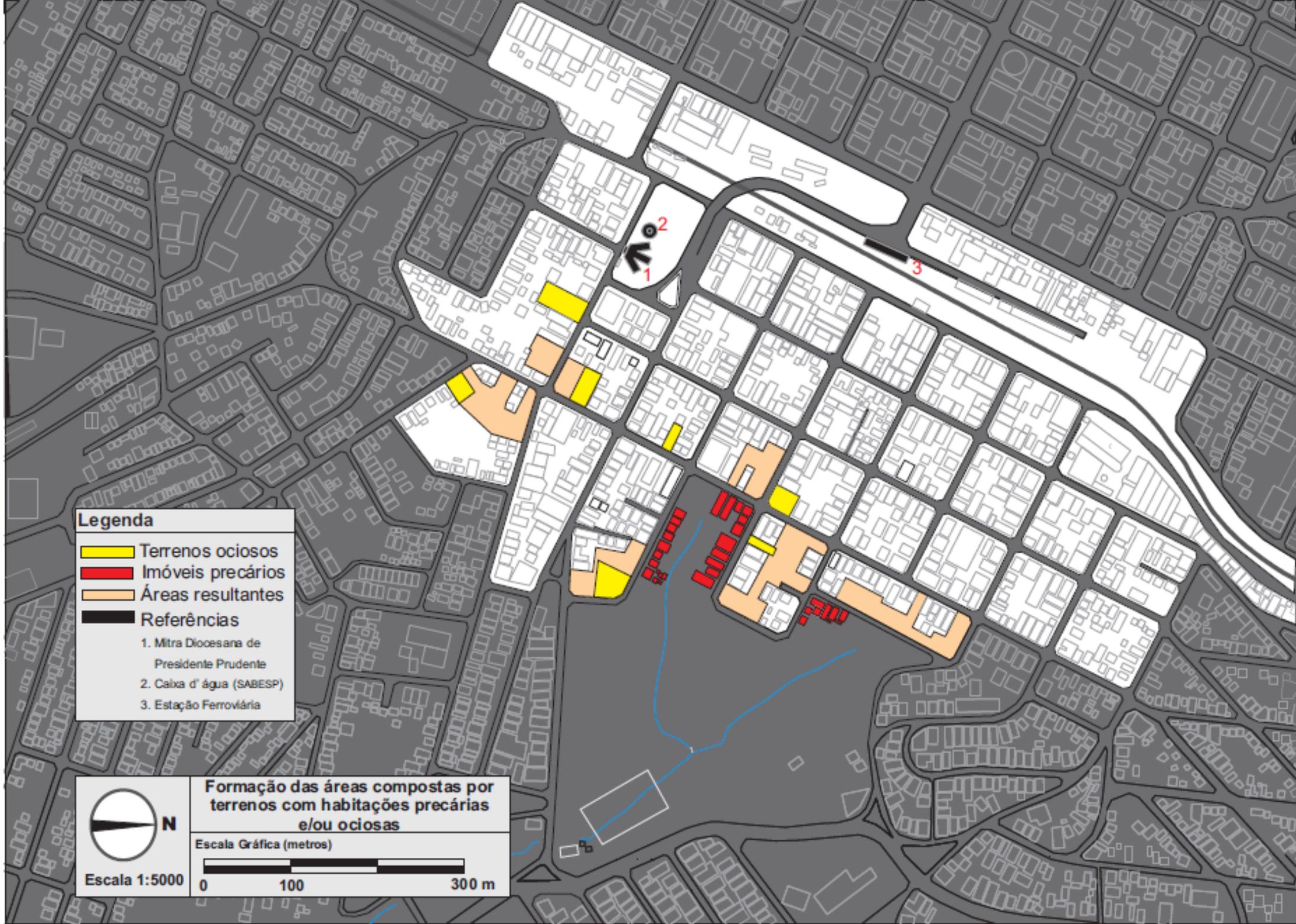
Formação das áreas compostas por terrenos com habitações precárias e/ou ociosas

Escala Gráfica (metros)

Escala 1:5000



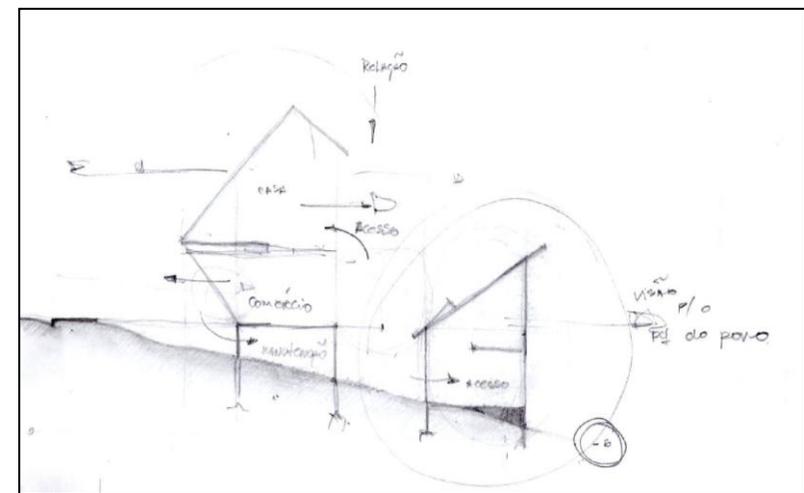
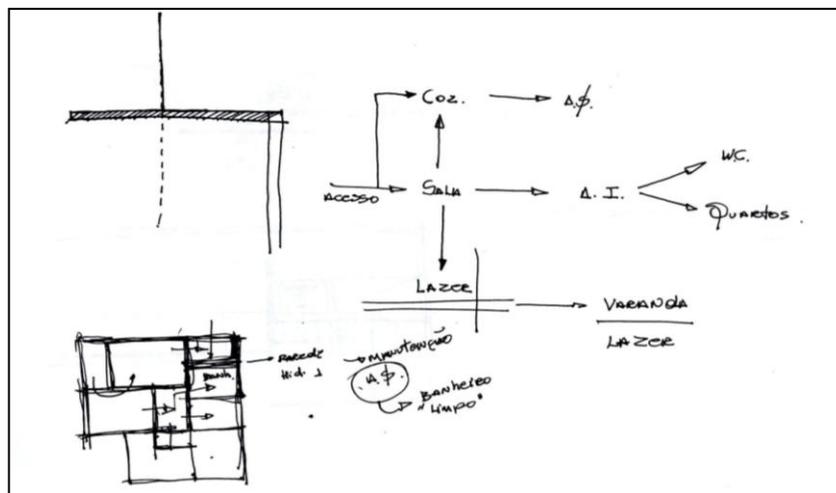
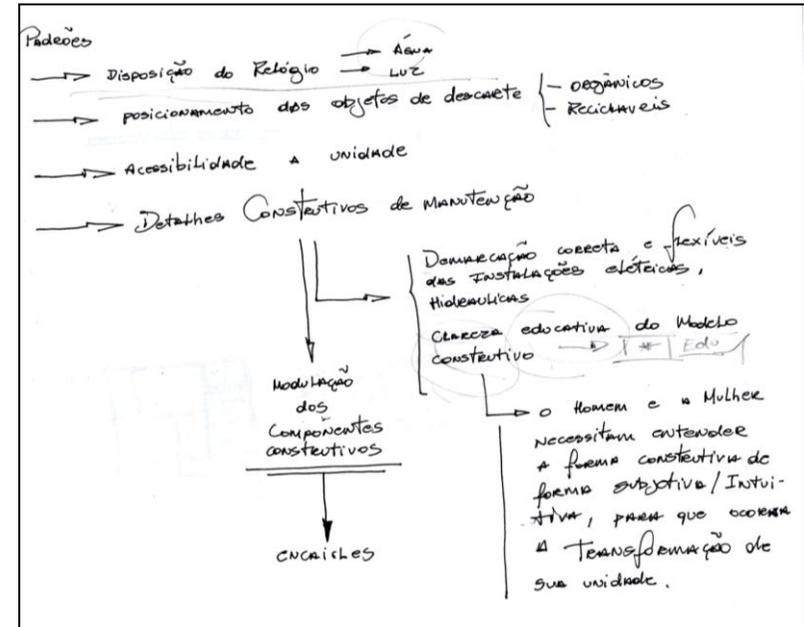
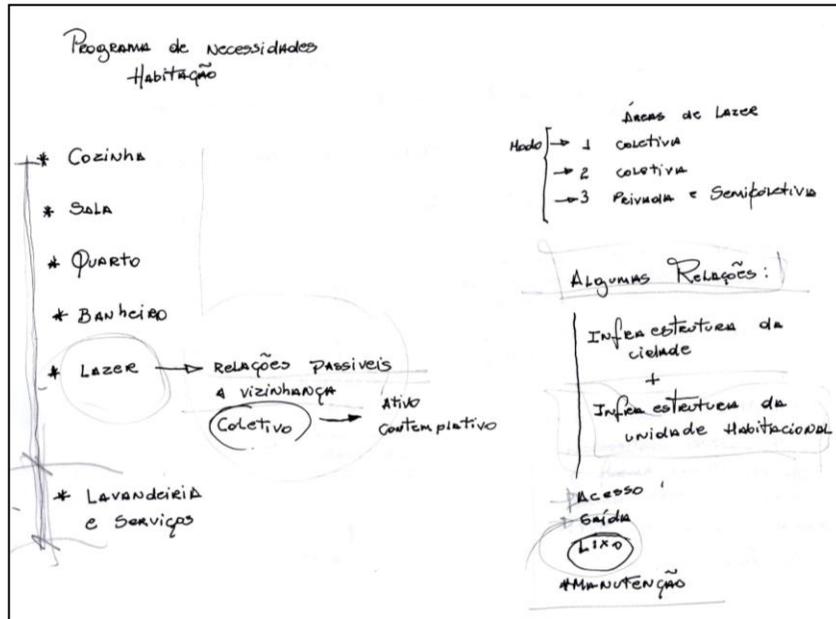
0 100 300 m



Imagens das habitações no bairro (registro dos trabalhos de campo)

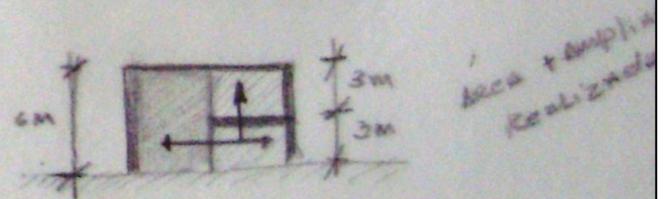
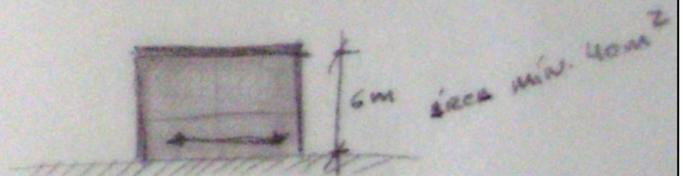
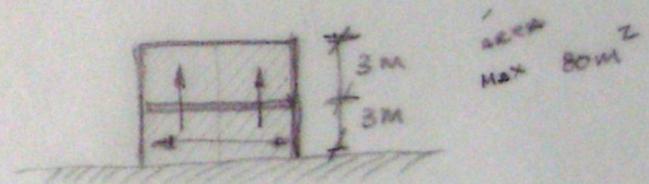
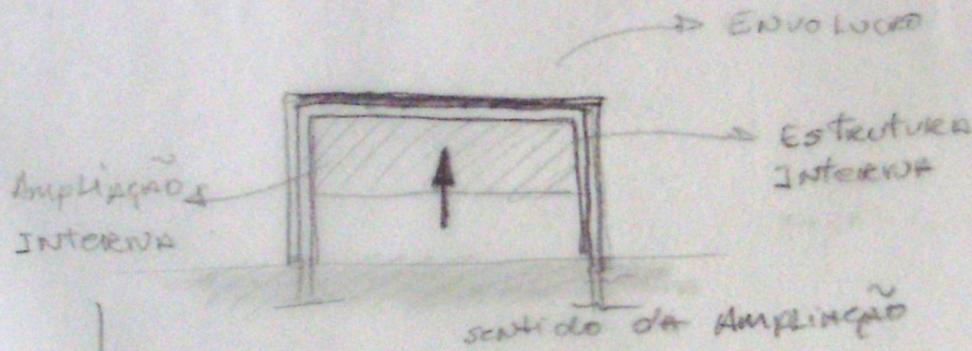


Série de estudos realizados durante o projeto



Envolvimento de 40 m² $\left\{ \begin{array}{l} 1 \text{ DORM} \\ 1 \text{ BAN} \\ 1 \text{ COB/SENT.} \\ 1 \text{ sala} \end{array} \right.$

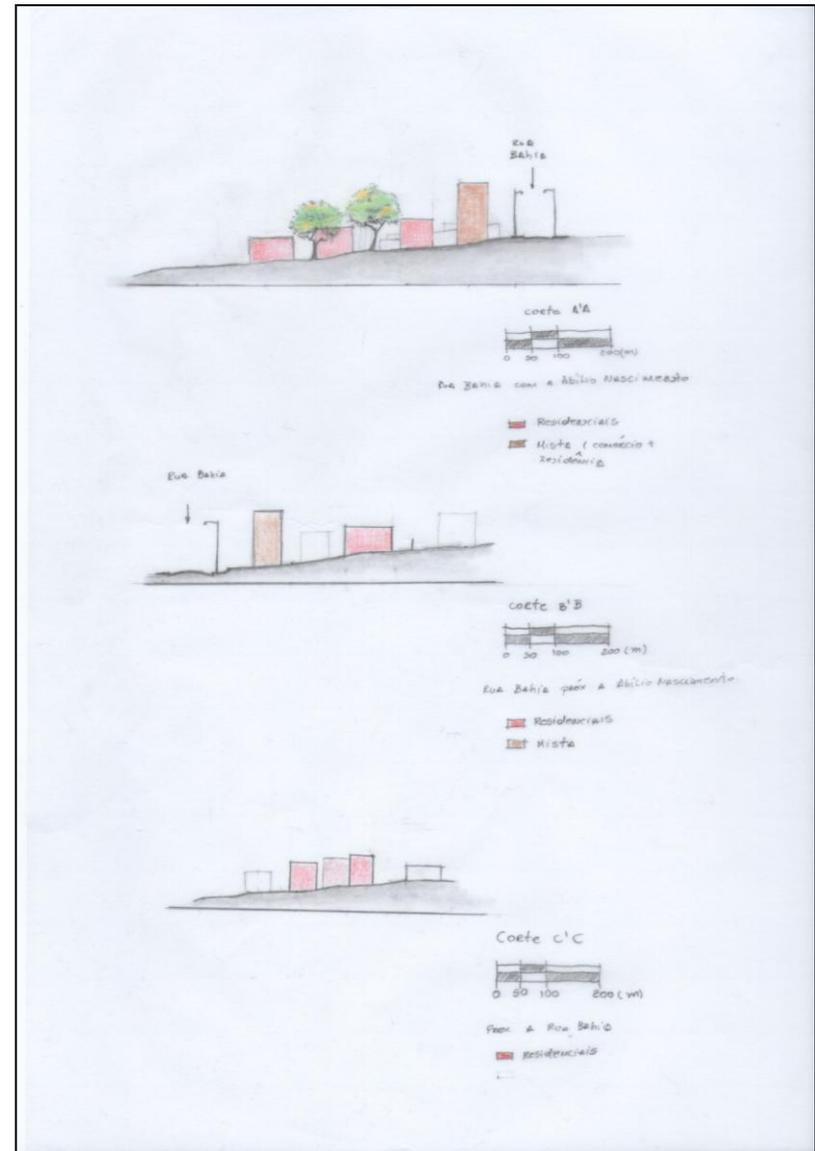
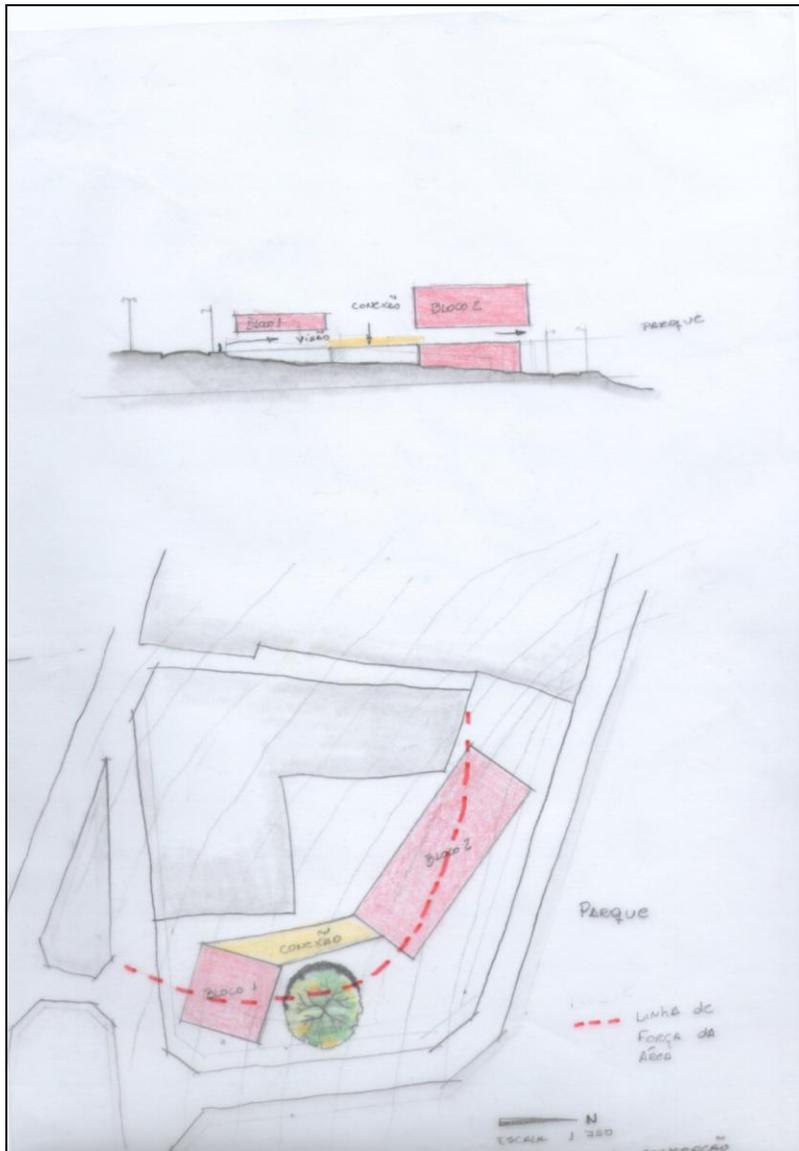
Pé direito duplo \rightarrow possibilidade de ampliação \rightarrow P/ 80 m² Max.

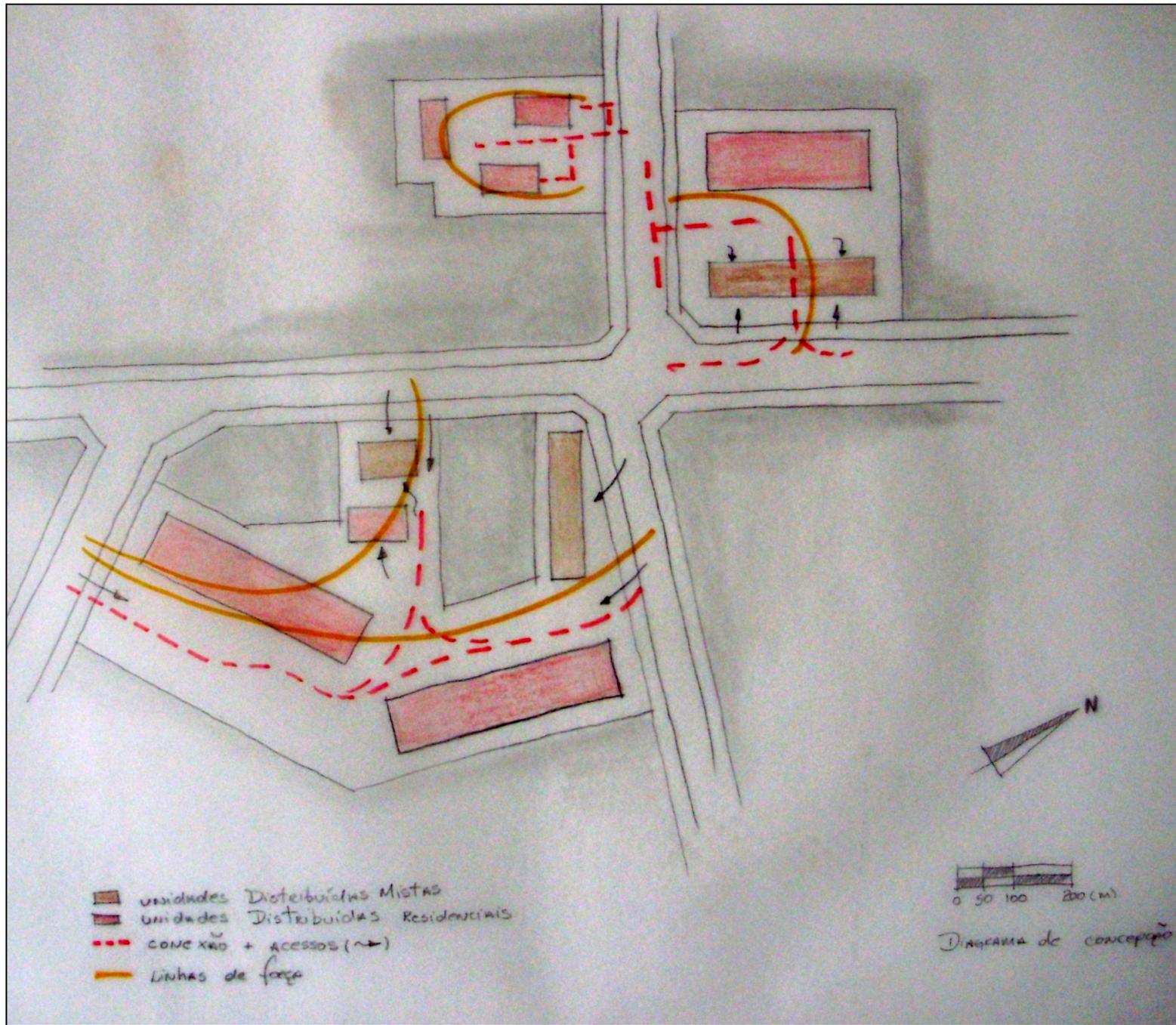


com o objetivo de evitar ilegalidades urbanísticas

Evitar Estrutura em risco



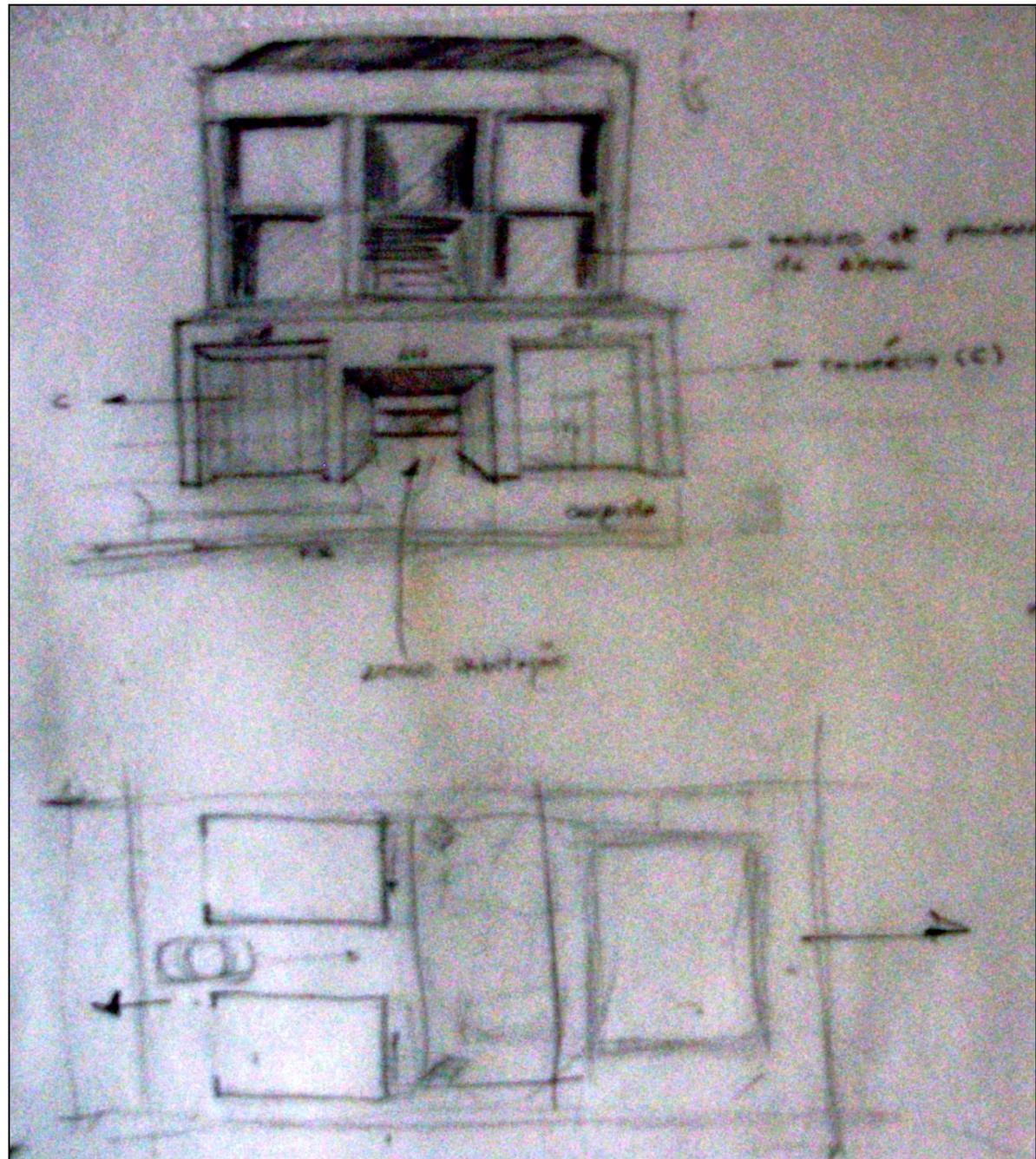
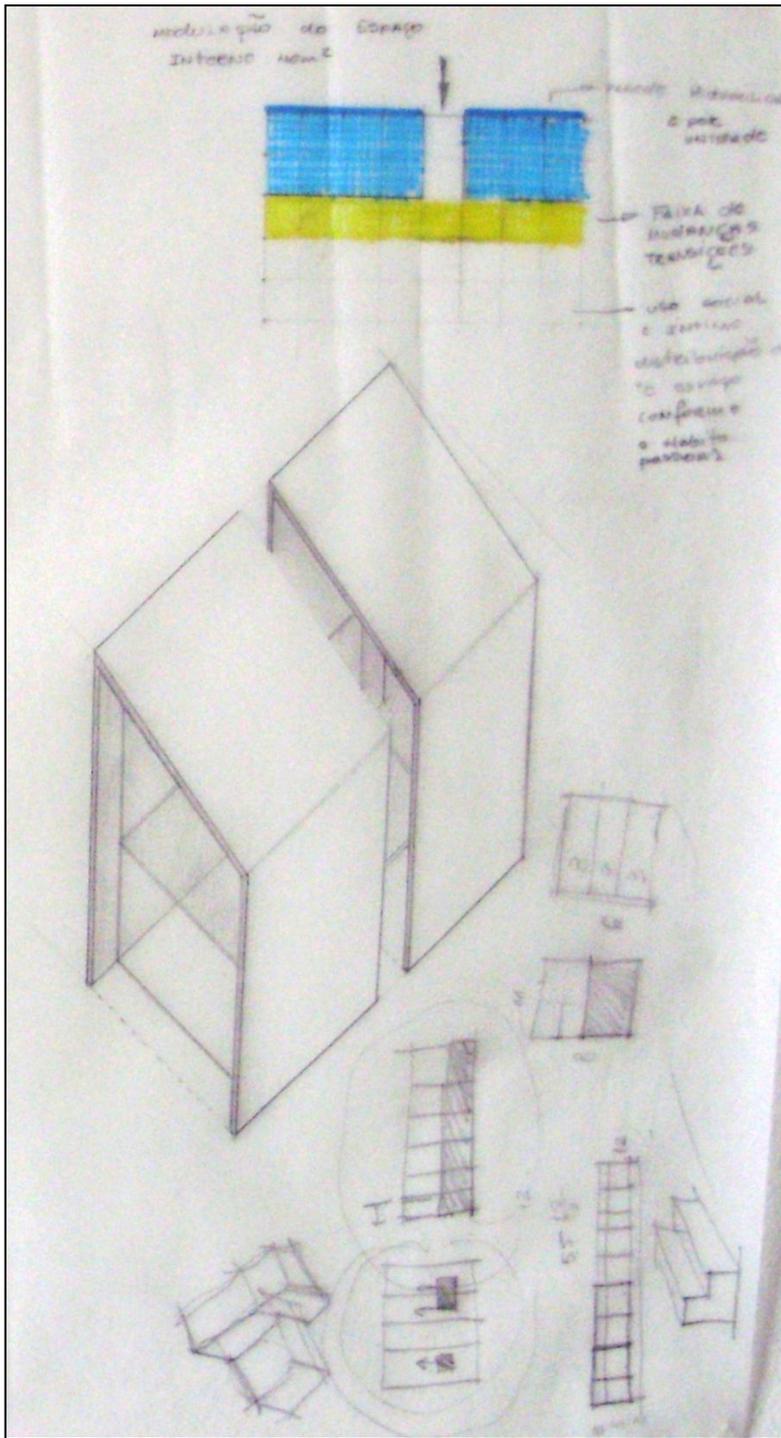


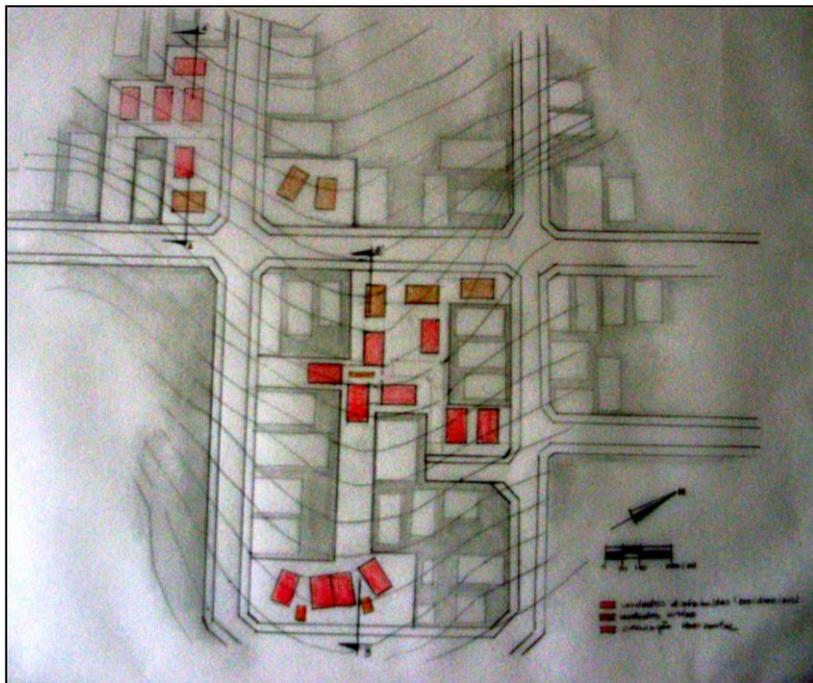
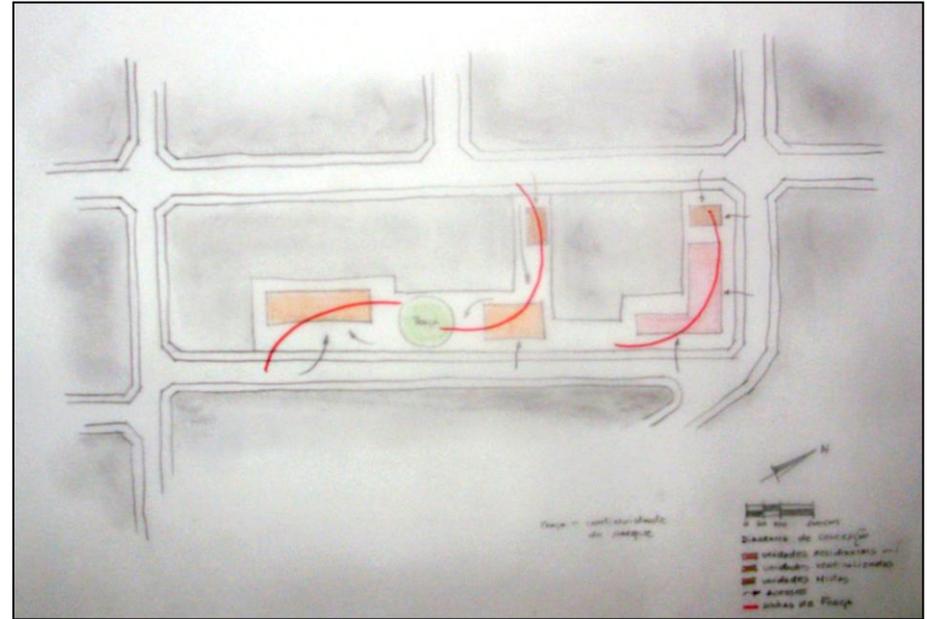
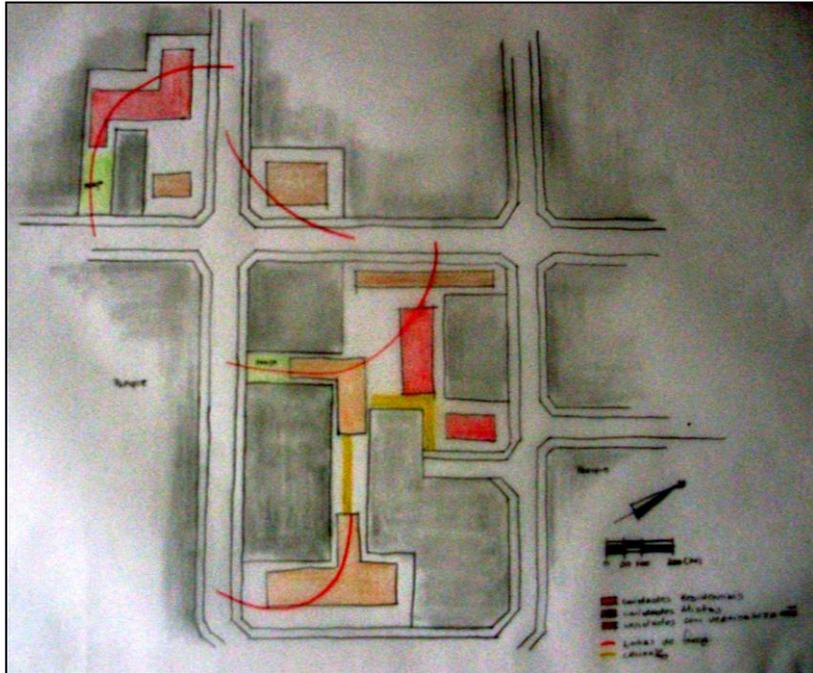


- unidades Distribuídas Mistas
- unidades Distribuídas Residenciais
- conexão + acessos (→)
- linhas de força

0 50 100 200 (cm)

Diagrama de concepção

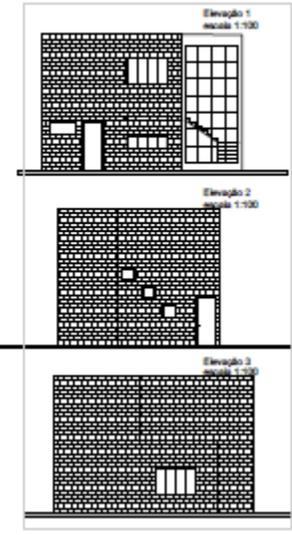
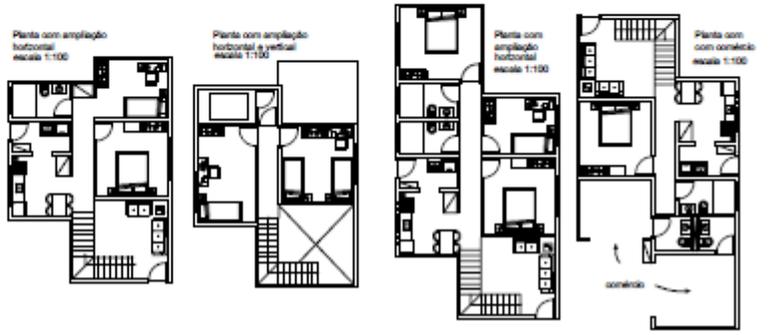
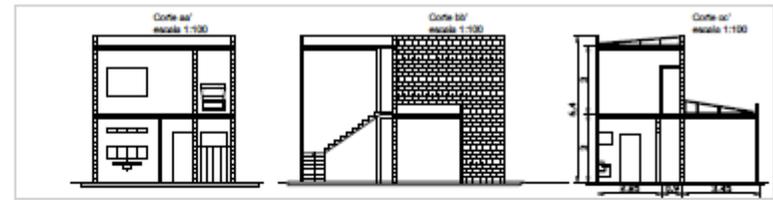
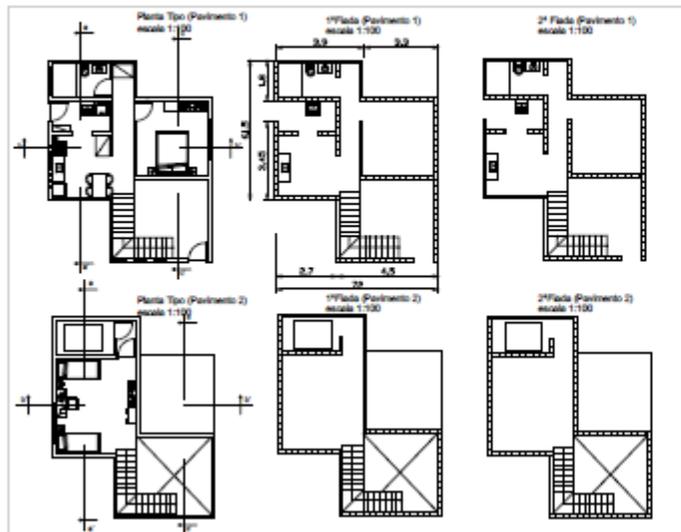




Resoluções Projetuais

Dados gerais da área	
Unidades com casa própria	63
Unidades com casa própria com os núcleos familiar	72
Unidades irregulares	23
Unidades de cortiço	7
Unidades de aluguel	12
Total de unidades prevista	80
Materiais propostos	
Alvenaria estrutural cerâmica modulação de 29x14x19	
Fundação devesa ser conforme a formação do solo	
Cobertura estrutura opcional aos usuários	





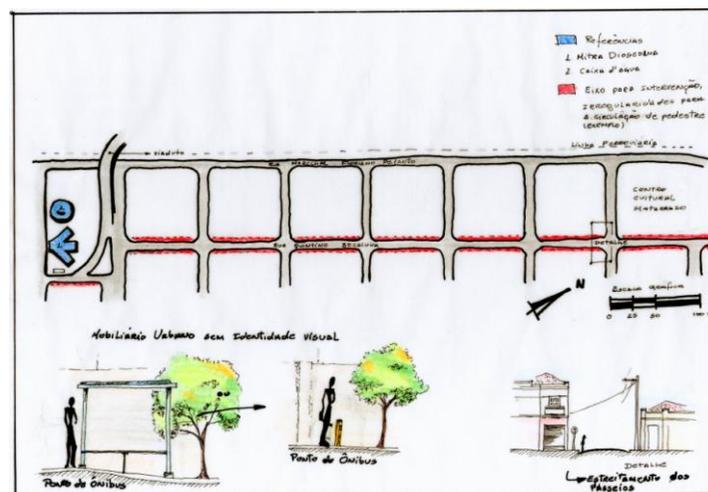
Rua (STREET)

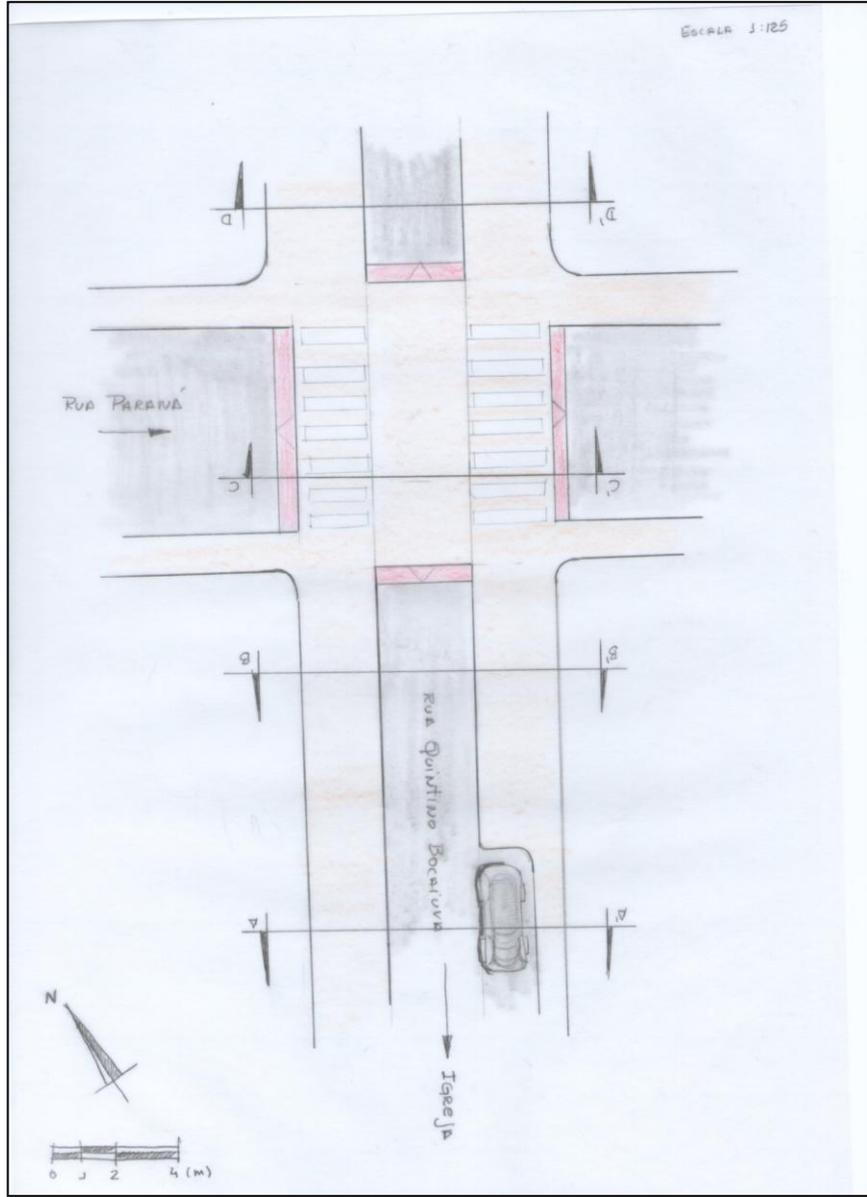
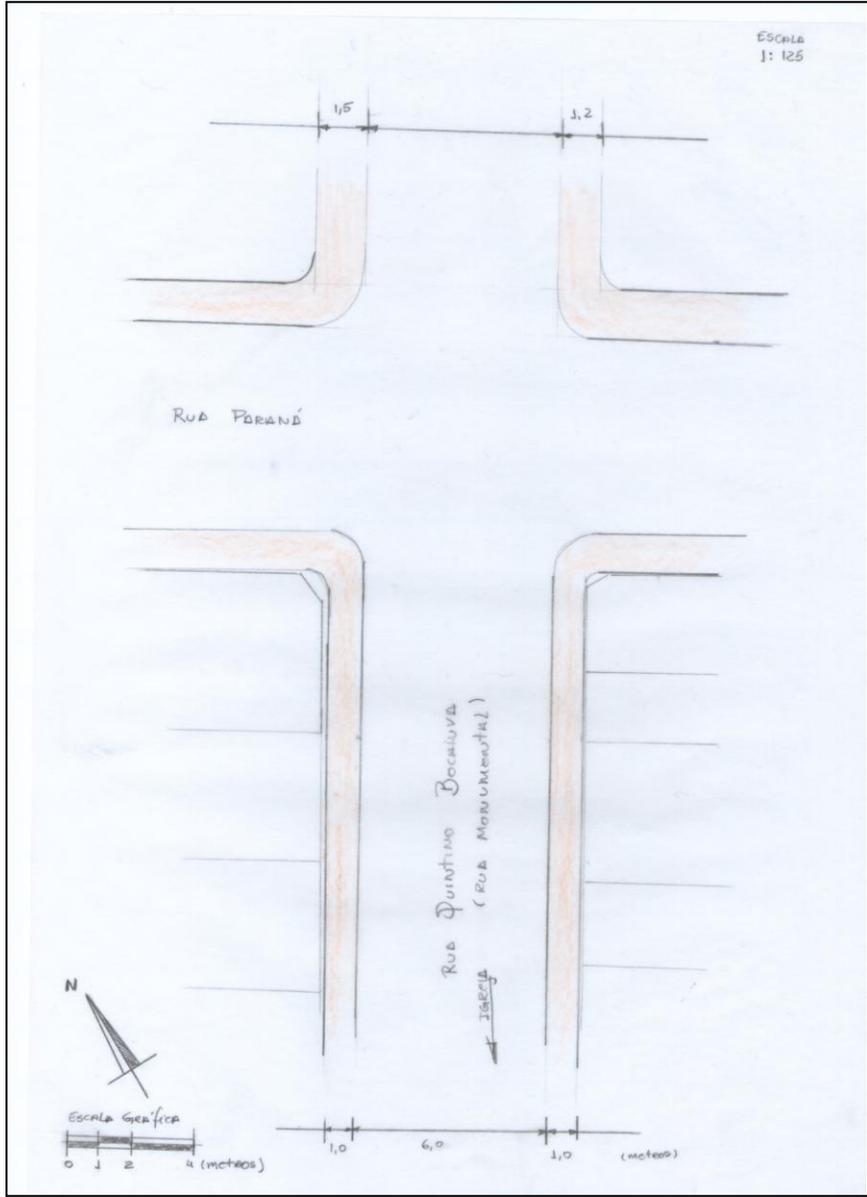
B

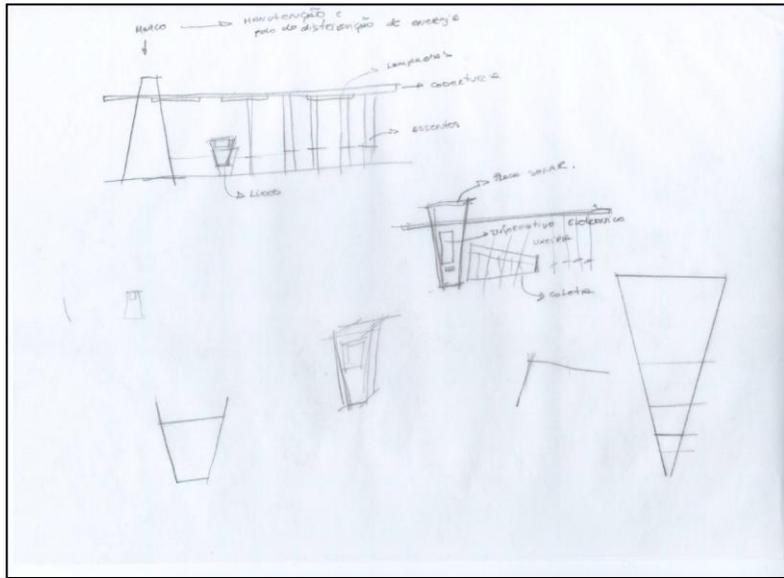


Na escala da rua foram estabelecidas duas áreas de intervenções a primeira se trata da rua monumental Quintino bocaiúva que é definida deste modo por ser orientada no sentido da fachada monumental da Mitra Diocesana de Presidente Prudente, uma das marcas mais profundas do bairro fortalecidas em um eixo perspéctico ao longo da rua. A segunda refere-se a rua Bahia, onde estão localizadas edificações de uso misto, e um comércio de enfoque local, que foi trabalhada junto com as proposta habitacional.

A proposta foi de promover a condição de acessibilidade do local e fortalecer o eixo da perspectiva formada ao longo da rua Quintino Bocaiúva, isso é possível através da uniformidade das vias e continuidade do caminho do pedestre. A rua deverá ser erguida do leito carroçado, que estreito (5m) deverá receber bolsões de estacionamentos. O foco foi alargar a via de pedestre e favorecer uma continuidade visual e de circulação. E para a rua Bahia, a implantação de equipamentos urbanos semelhantes ao primeiro.



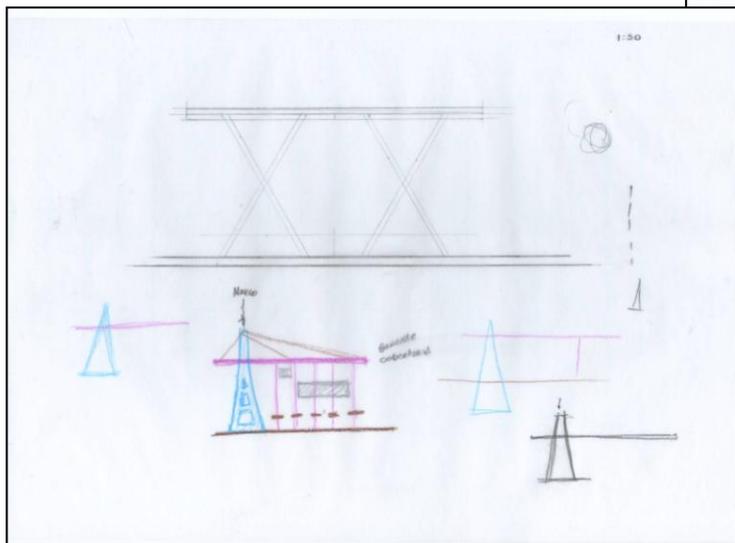
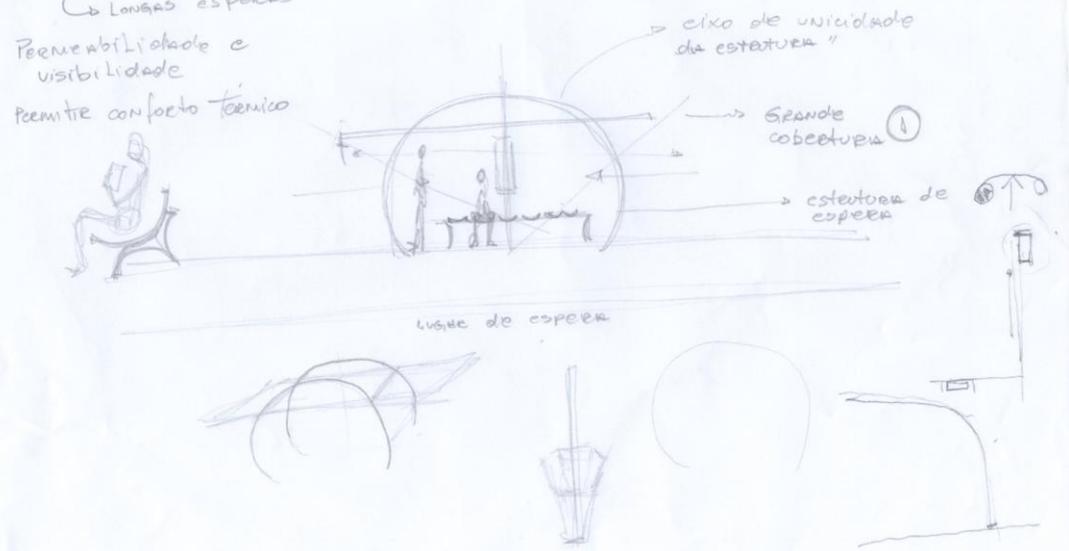


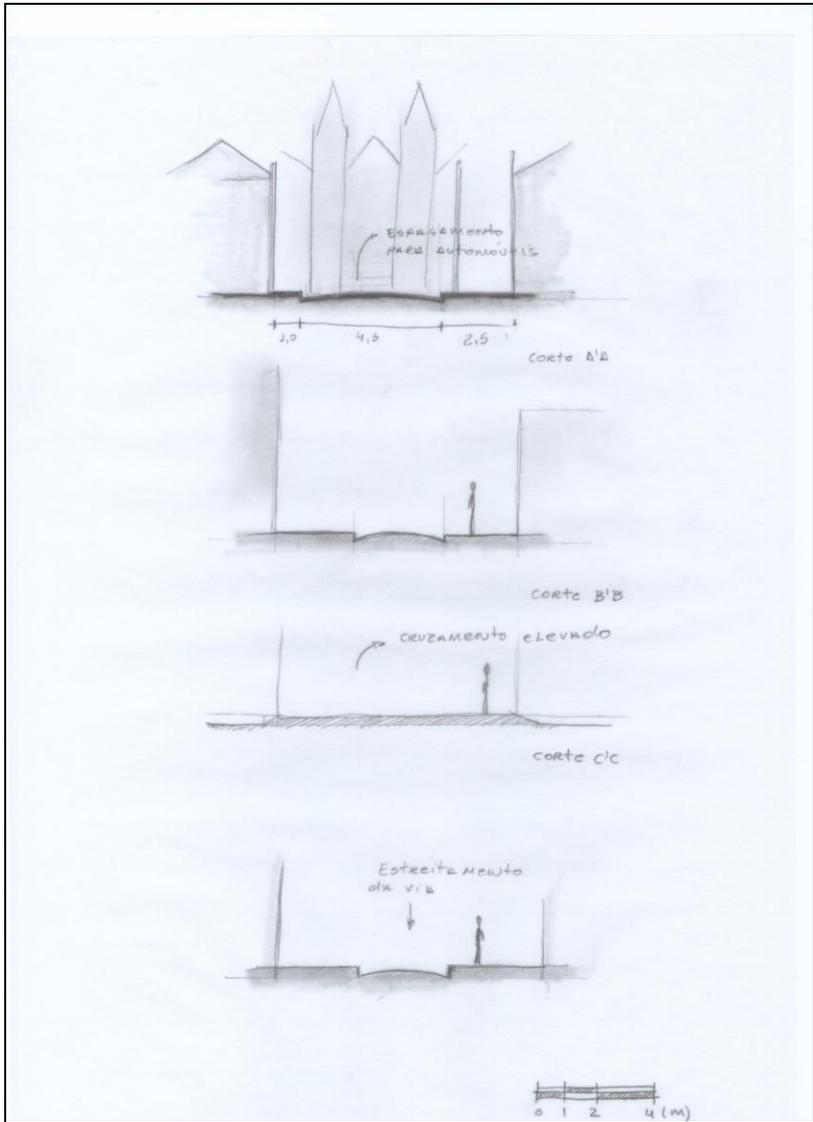
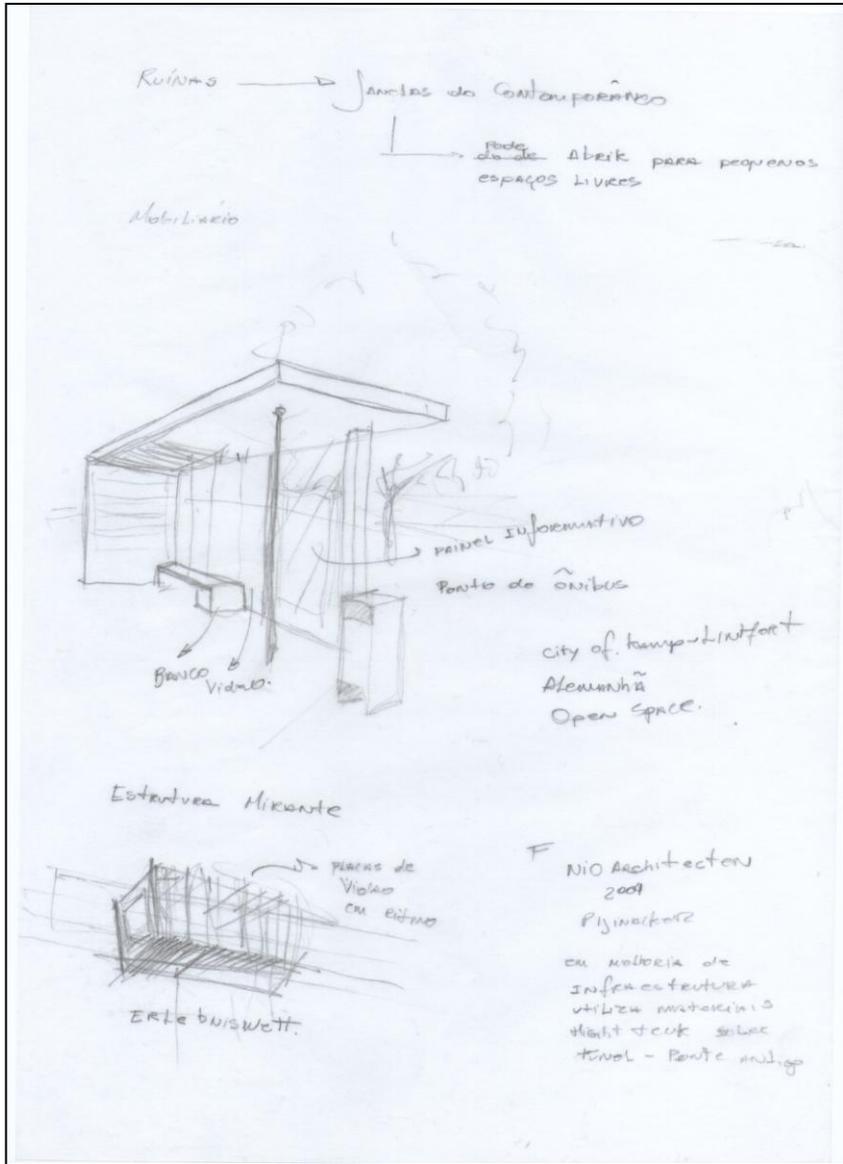


Ponto de Ônibus
 essência → Aberto
 Problema SOL e Chuva → em busca do conforto básico

Transporte Coletivo
 ↳ Longas esperas

Permeabilidade e visibilidade
 permite conforto técnico





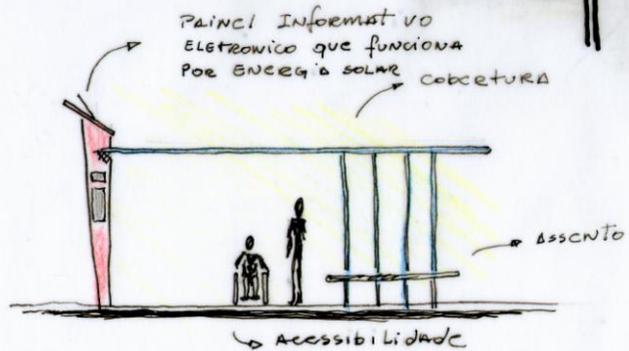
Referências

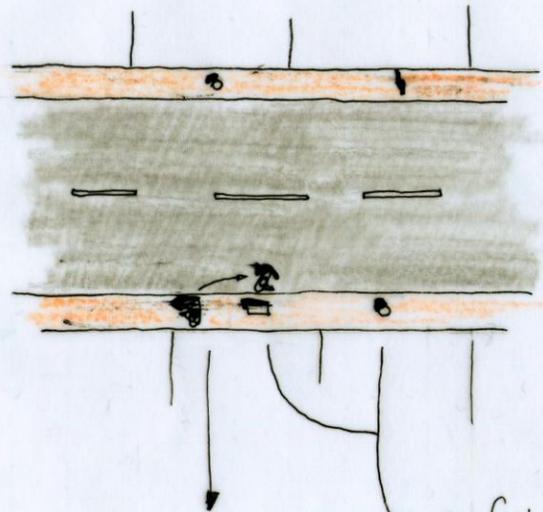
- 1 Mitra Dióscoriana
- 2 Sabe-se Caixa d'água
- 3 Estação Ferroviária
- 4 ALL

Rua Monumental: Redução de segmentos da circulação de automóveis para ampliação dos passeios para pedestres

Passeios com novos modelos de mobiliários urbanos, criando áreas de convívio

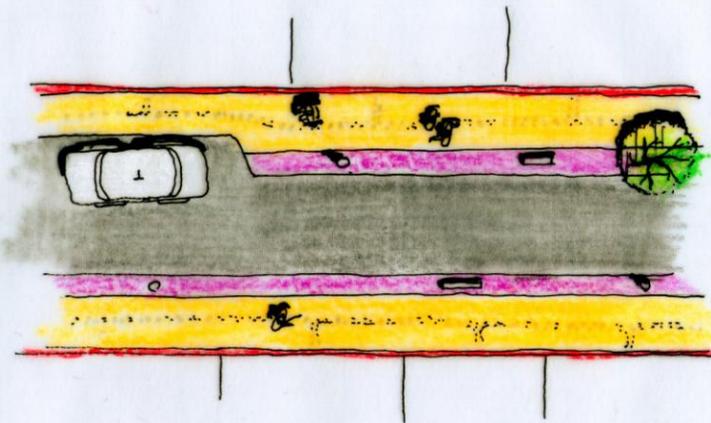
Rua Local: recuperação da qualidade dos mobiliários urbanos cores pondo as características dos passeios da Rua Monumental



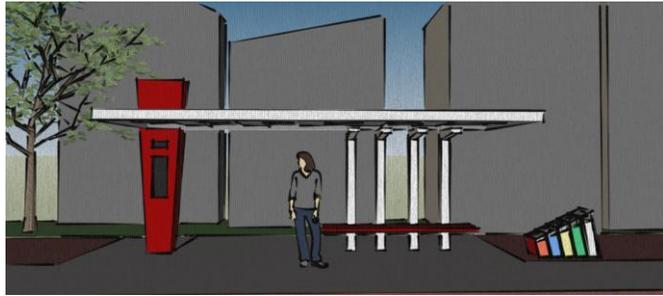


os pedestres
Necessitam
Desviar dos
obstáculos

CONFLITO NA
disposição dos
Elementos
destinados a
serviços urbanos,
que tornam obstáculos
nas vias de pedestres
devido ao tamanho
dos passeios.



- Destinados a serviços urbanos (iluminação pública, lixeiras, ...)
- Áreas destinadas a circulação de pedestres, sem desníveis assentados
- Área de transição para acesso aos edifícios
- Piso tátil
- Bolsões de estacionamento



Bairro (Districto)

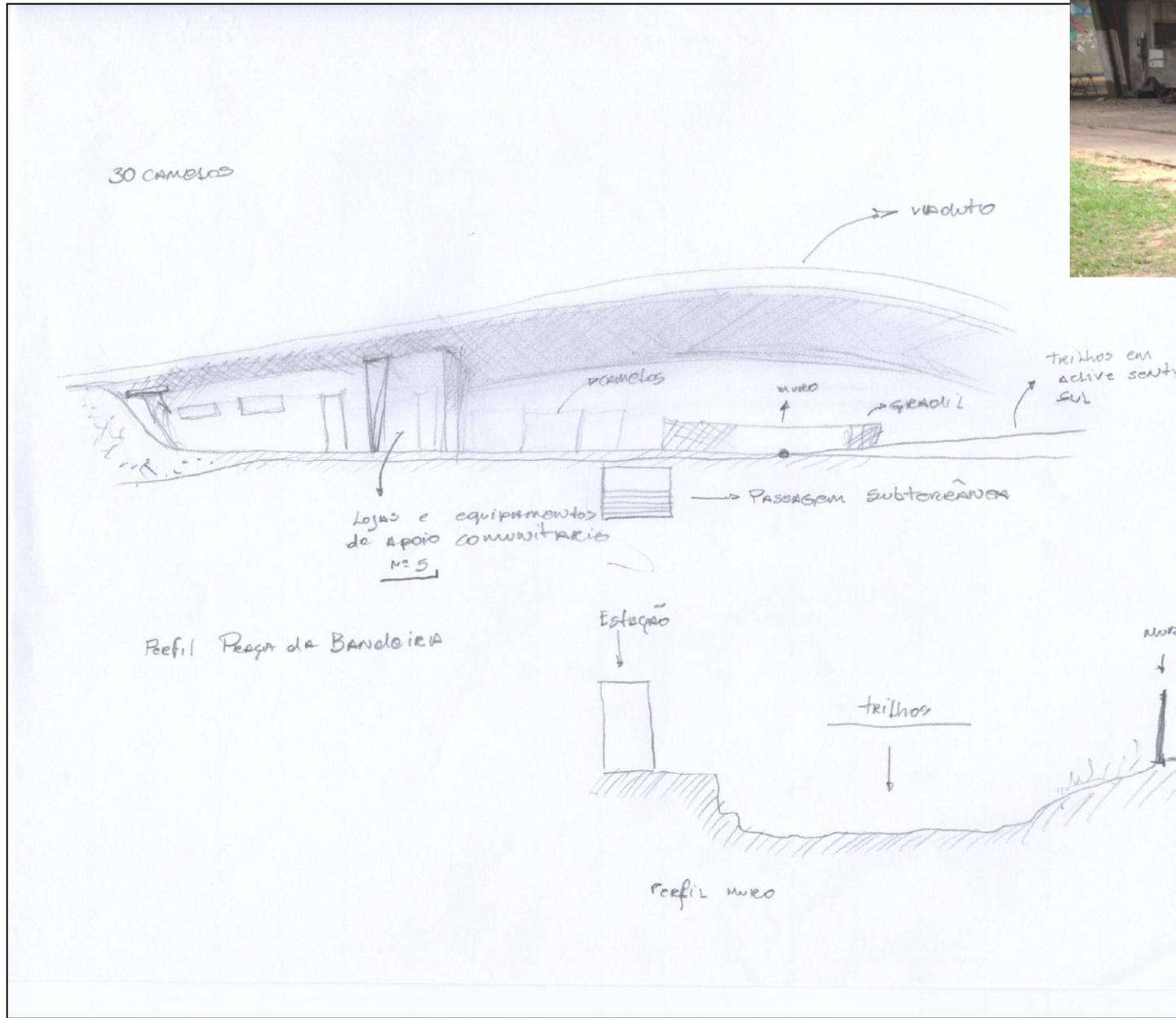
B

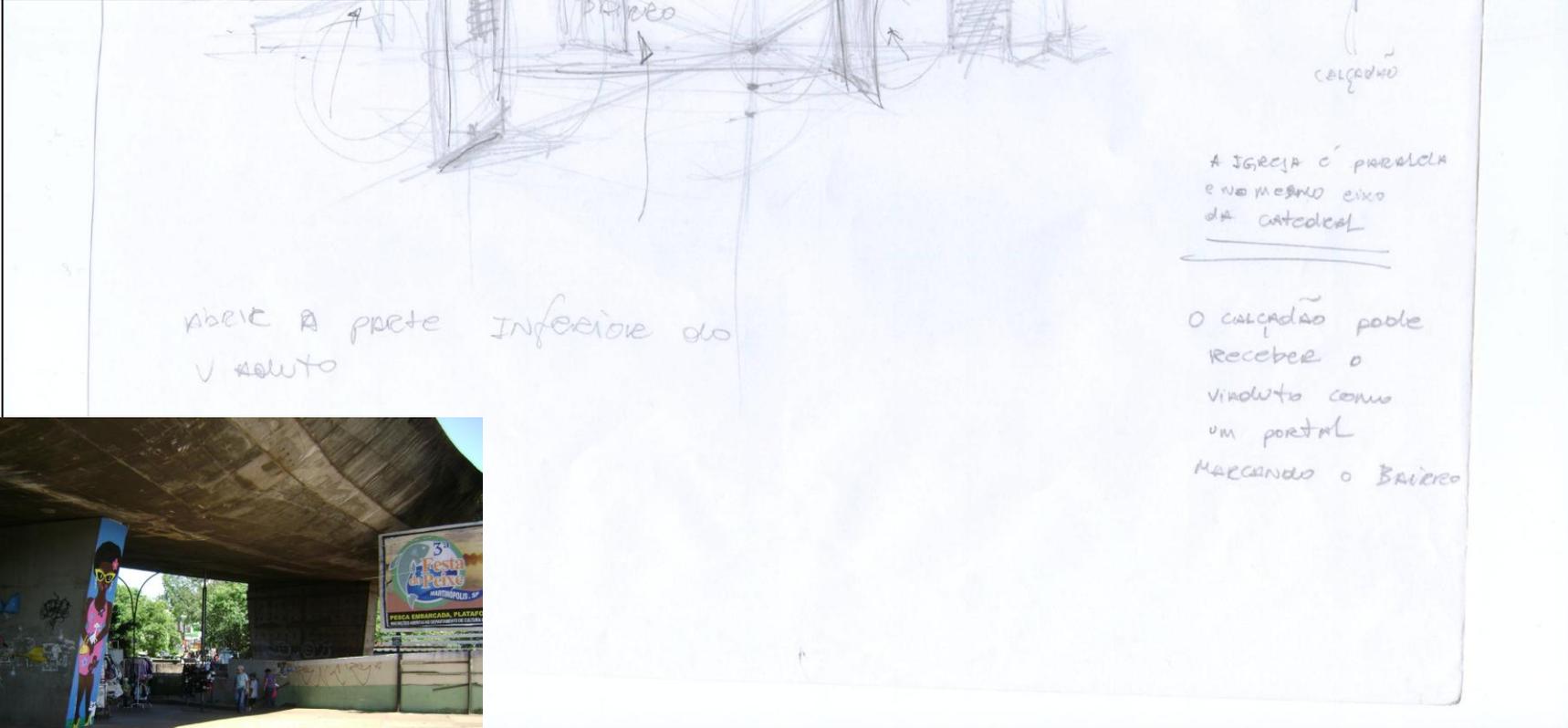


As características físicas do bairro é o relevo acidentado e com grandes inclinações, com o aclave em sentido Leste para Oeste. O setor mais imponente este próximo a linha férrea onde deixa a marca dos muros das estações mais forte e intimidadores. De fato, o bairro possui características muito forte que potencializam as idéias de habitat, entretanto, a realidade mostra fragmentos no próprio fragmento. A zona leste por muito tempo foi considerada um local abandonado. Entretanto, um local que possui marcos importante para a história da cidade, como o edifício do Matarazzo, o IBC, sendo o principal ligado a imagem da estrada de ferro, que separa a zona leste da do resto da cidade. A Vila Marcondes é um local já consolidado, e consiste em uma área ocupada no início da formação de Presidente Prudente.

Esta área hoje passa por um processo gradativo de valorização, pois passou a ser integrada ao conjunto de equipamentos culturais da cidade através do Centro Cultural Matarazzo. Entretanto, não só este equipamento como o projeto do Parque do Povo da Zona leste, pode remeter ao mesmo processo sucedido na região do Córrego do Viado, atual Parque do Povo da cidade, onde o processo levou a expulsão da população mais pobre e o consequente processo de gentrificação da área, hoje umas das mais valorizadas da região.







Abre a parte inferior do
V. Aduto

A Igreja é paralela
e no mesmo eixo
da Catedral

O Calçadão pode
receber o
V. Aduto como
um portal
marcando o Briso







Linha FÉRCA

MATAZZO → Galpões

ATRAVESSIA

Este trabalho parte da pesquisa conceitual sobre o Habitat, assunto discutido no **Caderno 1**. Considerando os conceitos estudados, o bairro Vila Marondes, recorte territorial selecionado para



